



EESC Info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

March 2025 | PT

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

Superar as divisões: a capacidade da sociedade civil para combater a polarização nociva

Num momento em que as nossas sociedades se veem a braços com uma polarização crescente e em que a confiança nas instituições democráticas se degrada, a sociedade civil tem de estar à altura do desafio. A polarização em si nem sempre é negativa: o debate democrático alimenta-se da diversidade de pontos de vista. No entanto, quando a polarização leva à hostilidade, à desinformação e à divisão, coloca em risco os próprios alicerces das nossas democracias.

Na edição deste ano da Semana da Sociedade Civil, assistimos a exemplos notáveis de iniciativas que combatem a polarização nociva. O Prémio CESE para a Sociedade Civil destacou organizações ativas na literacia mediática, no combate à desinformação e na promoção do diálogo intergeracional. Estes são os tipos de projetos que devem ser apoiados para construir sociedades resilientes e coesas.

Em toda a Europa, verificamos uma fragmentação crescente da sociedade. Os desafios são inúmeros: desigualdades económicas, exclusão social, desinformação digital e extremismo político. O recente aumento dos movimentos populistas em toda a Europa, a diminuição do pluralismo dos meios de comunicação social e a erosão da confiança nas instituições ilustram como o descontentamento culmina na polarização. Estas tendências enfraquecem as estruturas democráticas e corroem a coesão social. Em tempos assim, a sociedade civil é mais do que apenas participante no processo democrático – é guardiã da sua resiliência.

Há muito que as organizações da sociedade civil estão na linha da frente da defesa dos valores democráticos. Exercem a função de mediadores, trazendo várias vozes para a mesa, combatendo a desinformação e promovendo debates públicos informados. Proporcionam uma plataforma para quem sente que não é escutado, lutando por políticas inclusivas que superam as divisões em vez de as acentuar. Através da participação cívica, de debates fundamentados em factos e de iniciativas que promovem a tolerância, a sociedade civil combate ativamente as forças divisórias.

O CESE está firmemente convicto de que o reforço da participação e do diálogo é a única via a seguir. Todos os dias o constatamos no nosso trabalho: os nossos membros, que representam empregadores, sindicatos e organizações não governamentais, participam em debates acesos, mas sempre com o objetivo de chegar a um entendimento. A nossa força reside no consenso, e é este modelo que deve ser propagado por toda a Europa.

A sociedade civil deve ser capacitada para desempenhar plenamente o seu papel contra a polarização. Para tal, há que garantir o seu acesso a financiamento, proteger a sua capacidade de operar livremente e fomentar um ambiente em que os seus contributos para a vida democrática são reconhecidos e valorizados. Importa reforçar os mecanismos de participação, seja através de consultas aos cidadãos, de iniciativas cidadãs ou de instrumentos de democracia deliberativa, para assegurar que as pessoas se sentem incluídas na tomada de decisões.

A Europa só terá futuro se os seus cidadãos se sentirem representados, envolvidos e escutados. A sociedade civil não é um acessório da democracia – é a sua espinha dorsal. Enquanto atravessamos uma era de divisão, temos de assegurar que a sociedade civil dispõe dos

instrumentos adequados, do reconhecimento devido e do espaço necessário para continuar a salvaguardar os nossos valores democráticos. Ao fomentar o diálogo, promover a inclusão social e combater o extremismo, a sociedade civil pode ser a força que leva a polarização a deixar de ser uma fonte de conflito e a transformar-se numa locomotiva do debate construtivo e do progresso social.

Vamos unir esforços para garantir que a divisão não define o nosso futuro. Vamos construir uma Europa em que a diversidade de opiniões reforça a nossa unidade, em que a participação restabelece a confiança e em que a sociedade civil abre caminho para superar as divisões.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

3 de abril de 2025

Tornar o diálogo social eficaz para melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho na região dos Balcãs Ocidentais, Tirana (Albânia)

10 de abril de 2025

Rumo a um plano de ação da UE em matéria de doenças raras, Varsóvia (Polónia)

29 e 30 de abril de 2025

Reunião plenária do CESE



O CONVIDADO SURPRESA

O nosso convidado surpresa é Nicolas Gros-Verheyde, jornalista e escritor francês especialista em defesa e política externa, que analisa as cinco propostas do plano ReArm Europe, apresentado recentemente pela Comissão Europeia para reforçar a defesa da UE num contexto de crescente preocupação relativamente ao empenho dos EUA na segurança europeia.

Nicolas Gros-Verheyde, de nacionalidade francesa, jornalista desde 1989, trabalhou como correspondente junto da UE e da OTAN para a Ouest France, a ARTE, a LCI e a France Culture. É conhecido e apreciado no meio europeu pelo seu grande conhecimento dos assuntos europeus e da política externa e de defesa. É diretor editorial do B2, o principal meio de comunicação social e mais abrangente dedicado à defesa e diplomacia europeias, fundado em 2008, que é gerido por uma associação sem fins lucrativos sob a forma de cooperativa de jornalistas e financiado por

assinaturas. <https://club.bruxelles2.eu/pt>

É autor dos livros «La défense européenne à l'heure de la guerre en Ukraine», «La politique européenne de sécurité et de défense commune. Parce que l'Europe vaut bien une défense», e «Europe de la défense», e comentador político nos canais LN24, France-Info e RTBF.



O PLANO REARMAR A EUROPA

Por Nicolas Gros-Verheyde

O plano Rearmar a Europa foi apresentado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e aprovado pelos 27 Estados-Membros numa cimeira especial realizada em 6 de março. As suas cinco propostas principais são inquestionavelmente interessantes, mas merecem ser objeto de um debate mais aprofundado.

A primeira proposta diz respeito à flexibilidade no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A Comissão propõe ativar a cláusula de derrogação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que permitiria aos Estados-Membros aumentar a despesa em matéria de defesa em 1,5% do produto interno bruto sem correr o risco de desencadear um procedimento de déficit excessivo. As poupanças esperadas?

COPYRIGHT: NICOLAS GROS-VERHEYDE

«Aproximadamente 650 mil milhões de euros» ao longo de quatro anos. A Europa tem de «aumentar consideravelmente a sua despesa em matéria de defesa», afirma Ursula von der Leyen.

A segunda proposta visa a criação de um novo instrumento de empréstimo para a defesa.

Esse instrumento teria um valor de 150 mil milhões de euros e seria financiado através de empréstimos a partir do orçamento da UE, segundo um sistema semelhante ao da assistência macrofinanceira. Destina-se a ser utilizado em domínios prioritários com insuficiências graves: defesa aérea e antimísseis (a iniciativa de proteção do céu europeu, proposta pela Alemanha), sistemas de artilharia, mísseis e munições, drones e sistemas antidrones, facilitadores estratégicos, proteção de infraestruturas críticas (incluindo em relação ao espaço), mobilidade militar, cibernética, inteligência artificial e guerra eletrónica.

A fim de acelerar o processo, a Comissão propõe recorrer ao artigo 122.º do Tratado: utilizado em circunstâncias excecionais, esse artigo requer somente uma decisão dos Estados-Membros ao nível do Conselho da União Europeia, sendo o Parlamento Europeu apenas informado. Trata-se de uma forma de contornar o processo democrático que pode ser contestada. O plano para reforçar a defesa europeia foi aprovado na Cimeira de Versalhes, em março de 2022 – há três anos! Parece difícil justificar que seja agora considerado «urgente».

A terceira proposta consiste em recorrer aos fundos regionais.

A curto prazo, insiste a Comissão, a União Europeia «pode fazer mais» com o orçamento europeu, reafetando fundos de certas rubricas orçamentais. Propõe dar aos Estados-Membros a opção de «utilizar os programas da política de coesão para aumentar a despesa em matéria de defesa» e pretende «facilitar o processo de transferências voluntárias para outros fundos da UE com um objetivo de defesa».

Tal representa um corte substancial no contexto do quadro financeiro plurianual em vigor (2021-2027). A questão que se coloca é a seguinte: devemos sacrificar a coesão social ou territorial em nome da defesa? É algo que se pode debater.

Ao mesmo tempo, poderia intensificar-se a utilização da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, alargando-a a todas as tecnologias do setor da defesa. Outra possibilidade, segundo a Comissão, é a flexibilização das restrições existentes, como as regras em matéria de concorrência ou as regras de pré-financiamento e cofinanciamento.

A quarta proposta diz respeito aos empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI).

O BEI e os seus acionistas (os Estados-Membros) manifestaram repetidamente a sua oposição a qualquer nova evolução no sentido de conceder empréstimos para fins puramente militares, privilegiando antes os setores passíveis de dupla utilização. A Comissão insiste, pois, em alterar a política do BEI.

A quinta proposta é a mobilização de capitais privados.

O objetivo é assegurar às empresas do setor da defesa «o melhor acesso possível ao capital, ao financiamento» – um problema recorrente para a indústria. Esta ideia deveria ser incluída na comunicação sobre a União da Poupança e dos Investimentos.



DIRETO AO ASSUNTO

Marcin Nowacki, membro do CESE e relator do Parecer - [Financiamento da defesa na União Europeia](#), enumera as recomendações do CESE para reforçar a segurança da UE. O CESE solicita um mecanismo de defesa da UE unificado e sólido para fazer face ao aumento das ameaças à segurança e às mudanças nas alianças. A Europa não pode continuar a depender tanto de países terceiros para o abastecimento de armas. Não se trata apenas de gastar mais, mas antes de gastar de forma sensata e eficiente.



DEFESA EUROPEIA: DESPESA DEVE SER SENSATA E EFICIENTE

Por Marcin Nowacki

A Europa enfrenta um panorama geopolítico em rápida mutação, pelo que se coloca uma questão fundamental: como pode a União Europeia (UE) garantir a sua segurança num mundo cada vez mais incerto? No Parecer - [Financiamento da defesa na União Europeia](#), o Comité Económico e Social Europeu (CESE) apresenta um roteiro abrangente para reforçar a segurança da UE e para prepará-la para os desafios atuais e futuros.

O referido parecer surge numa altura em que as ameaças à segurança estão a aumentar. No cerne da posição do CESE está o apelo à criação de um mecanismo de financiamento da defesa sólido e unificado. As estruturas de financiamento atuais são inadequadas, sendo necessário mudá-las. Sem uma abordagem mais coordenada do financiamento da defesa, a UE corre o risco de ficar para trás na salvaguarda dos seus interesses. Entre as preocupações mencionadas no parecer, está o facto de que «78% dos 75 mil milhões de euros gastos pelos países da UE em contratos públicos no setor da defesa (...) se destinaram a fornecedores de países terceiros», como indicado no relatório da Comissão intitulado [The future of European competitiveness](#). A dependência crescente de fornecedores externos não pode ser ignorada.

No entanto, não se trata apenas de gastar mais – a despesa deve ser sensata e eficiente. O CESE recomenda que se aprofunde a colaboração entre a UE e a OTAN, reforçando o financiamento de iniciativas como o Fundo Europeu de Defesa (FED) e o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) e concentrando-se na aquisição conjunta para racionalizar os recursos e reduzir os custos. Além disso, o CESE preconiza que os membros europeus da OTAN se comprometam a consagrar pelo menos 2,5% do seu PIB à defesa, reforçando a resposta da Europa às ameaças geopolíticas atuais. Tal objetivo de despesa mais elevado

garante que os membros europeus da OTAN contribuam de forma mais eficaz para a segurança coletiva, mantendo simultaneamente a plena soberania sobre as suas forças armadas.

Iniciativas como o Regulamento sobre o Apoio à Produção de Munições (ASAP) e o instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação conjunta (EDIRPA) são igualmente essenciais para reforçar as capacidades de defesa da UE. Estes esforços permitirão à Europa reunir os recursos de forma eficaz, assegurando a preparação tanto militar como civil.

Os avanços tecnológicos, incluindo a inteligência artificial (IA), os drones e a cibersegurança, são cada vez mais fundamentais para a segurança nacional. O CESE sublinha a importância de investir nesses domínios para enfrentar as ameaças emergentes. A colaboração entre o setor privado e o setor público é essencial para impulsionar a inovação, em especial nos domínios da IA, dos drones e dos sistemas de cibersegurança.

O parecer insta igualmente a uma indústria europeia da defesa resiliente, incentivando uma cooperação mais estreita entre empresas, pequenas e médias empresas (PME) e governos. Promover a inovação e garantir que a Europa se mantém competitiva reduzirá a dependência de fornecedores externos e construirá uma indústria da defesa mais autónoma.

Além disso, há que não esquecer as iniciativas regionais na UE. O reforço das colaborações regionais ajudará a adaptar as estratégias de defesa para fazer face aos desafios específicos de segurança enfrentados pelos diferentes Estados-Membros. Tal abordagem garante que as preocupações regionais são devidamente tidas em conta no quadro mais alargado da UE.

O reforço da defesa da UE não diz respeito apenas à segurança, mas também à salvaguarda dos valores da UE. Consideramos que, ao seguir o roteiro delineado no nosso parecer, a UE pode garantir o seu futuro e salvaguardar a sua paz e os seus interesses económicos.



UMA PERGUNTA A...

Perguntámos a Javier Garat Pérez, relator do Parecer do CESE - [Recomendações da sociedade civil para um Pacto Europeu dos Oceanos](#), quais as propostas mais importantes do CESE sobre a iniciativa da Comissão Europeia, que define uma visão global para todas as políticas ligadas aos oceanos. Que medidas concretas devem ser tomadas para proteger os oceanos da devastação e da poluição e para preservar a sua biodiversidade? Quais são as maiores ameaças ao estado de conservação dos oceanos e que soluções propõe o Comité?



VISÃO DO CESE PARA O PACTO EUROPEU DOS OCEANOS – UM ROTEIRO PARA A COMPETITIVIDADE, A RESILIÊNCIA E A PROSPERIDADE

Por Javier Garat Pérez

Em resposta à iniciativa do Pacto Europeu dos Oceanos da presidente Ursula von der Leyen, o Comité Económico e Social Europeu apresentou recomendações fundamentais para promover uma abordagem abrangente e equilibrada da governação dos oceanos. A sua visão centra-se em assegurar oceanos saudáveis e produtivos, impulsionar a

economia azul da UE, reforçar a investigação e a inovação marinhas e preservar os ecossistemas marinhos para as gerações futuras.

Libertar o potencial da economia azul

O CESE sublinha a importância de desenvolver uma economia azul sólida e competitiva. Para tal, importa simplificar os quadros regulamentares, assegurar a autonomia estratégica, promover a inovação e avançar rumo à descarbonização.

A fim de garantir um futuro próspero para a indústria marítima, o CESE defende o investimento urgente nos combustíveis de síntese, na energia de fontes renováveis ao largo e nas tecnologias marinhas inovadoras. Além disso, a criação de um polo marítimo forte, com objetivos claros em matéria de sustentabilidade, contribuirá para manter a liderança da Europa no domínio das indústrias marinhas. É, por isso, fundamental criar uma «Aliança Industrial para as Cadeias de Valor da Economia Azul» e reforçar a Estratégia de Segurança Marítima da UE.

Além disso, o CESE recomenda que se avaliem as políticas existentes, como a política comum das pescas. A pesca sustentável deve receber apoio contínuo, ao passo que a dependência dos produtos do mar deve ser reduzida. As importações devem estar sujeitas às mesmas normas sociais e ambientais. O CESE também insta a Comissão Europeia a elaborar um plano de ação da UE para os «alimentos da economia azul» até 2026.

Reforçar o conhecimento, a investigação e a inovação no domínio marinho

O CESE preconiza que se aumente o financiamento da investigação e inovação marinhas e salienta a necessidade de uma colaboração entre equipas científicas a nível mundial e de tecnologias mais eficazes no setor marítimo. Para o efeito, propõe a criação de centros da economia azul, assim como de um observatório europeu dos oceanos.

Impulsionar o investimento e o financiamento no domínio da sustentabilidade dos oceanos

O CESE frisa a necessidade de mobilizar financiamento público e privado considerável para apoiar o décimo quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (Proteger a Vida Marinha). Para o efeito, cumpre criar rubricas orçamentais específicas para projetos relacionados com os oceanos no âmbito de programas de financiamento da UE, como o Horizonte Europa. O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) deve também ser reforçado para apoiar setores competitivos e descarbonizados.

Uma transição socialmente justa e inclusiva

Uma economia marítima resiliente deve assegurar um tratamento justo dos trabalhadores marítimos. O CESE recomenda que se adotem medidas para fazer face à escassez de mão de obra, incentivar a renovação geracional e proporcionar oportunidades de requalificação profissional. Cumpre estabelecer sistemas de apoio social abrangentes para proteger os trabalhadores, em especial aqueles que não podem transitar para novas funções devido à evolução tecnológica.

Assegurar oceanos saudáveis e resilientes

Os nossos oceanos estão sujeitos a muitas ameaças decorrentes das alterações climáticas, da poluição, dos plásticos e da pressão humana. Por conseguinte, o CESE insta a que se intensifiquem os esforços em matéria de restauração e proteção do meio marinho e a uma conservação sustentável em consonância com os compromissos em matéria de biodiversidade a nível mundial. A consecução de um «bom estado ambiental» é igualmente crucial para a estabilidade económica e a resiliência às alterações climáticas. Além disso, importa investir com urgência em infraestruturas verdes, na redução da poluição e num Plano Europeu de Adaptação às Alterações Climáticas, reforçando simultaneamente a liderança da UE na governação mundial do meio marinho.

Assegurar um quadro abrangente de governação dos oceanos

Para aumentar a prosperidade económica e respeitar simultaneamente os limites do nosso planeta, o CESE apela para uma cooperação regional com as comunidades locais, a fim de harmonizar as políticas. Insiste

também na melhoria dos acordos internacionais, no reforço da diplomacia oceânica da UE e na criação de grupos de trabalho centrados em questões marítimas nas instituições da UE.

Por último, o CESE recomenda igualmente que se melhore o ordenamento do espaço marítimo, a fim de equilibrar os diferentes interesses, como a expansão da energia ao largo, com a pesca e a aquicultura. O objetivo é promover a coexistência e a sustentabilidade, assegurando simultaneamente a preservação das comunidades piscatórias tradicionais e a sua participação nas decisões.

NOTÍCIAS DO CESE



Sociedade civil debaixo de fogo: por que motivo a UE deve agir já

As organizações da sociedade civil (OSC) estão a ser alvo de ataques por toda a Europa e na América. A UE deve agir já para as defender e salvaguardar a democracia. No debate em plenária que teve lugar no Dia Mundial das Organizações Não Governamentais (ONG), o Comité Económico e Social Europeu (CESE) enviou uma mensagem clara: as OSC estão na linha da frente da defesa da democracia. Perante os cortes de financiamento que ameaçam a sua sobrevivência, a UE deve tomar medidas imediatas para as proteger e apoiar.

Em 27 de fevereiro, o CESE realizou um debate sobre o tema «A UE e a Sociedade Civil: reforçar a democracia e a participação», em que representantes e peritos das OSC, bem como deputados ao Parlamento Europeu (PE), tiveram a oportunidade de debater e avaliar o papel das

OSC neste domínio fundamental.

Raquel García Hermida-Van Der Walle, deputada ao PE do Grupo Renew Europe, salientou que as OSC contribuem frequentemente para o equilíbrio de poderes. Proporcionam também diversos métodos de interação social, que podem substituir serviços governamentais eventualmente em falta. Em resultado, as OSC são as primeiras a ser objeto de ataques, uma vez que podem revelar-se politicamente incómodas para alguns governos.

Nicholas Aiossa, diretor da Transparência Internacional Europa, afirmou que «o Parlamento Europeu tem orquestrado uma campanha política para desacreditar, privar de financiamento e perturbar o papel e a função das OSC. Não foi encontrada qualquer prova de irregularidades financeiras.»

Em janeiro, o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) no PE, de centro-direita, acusou ONG ambientais e climáticas de serem financiadas pela Comissão Europeia para exercer pressão junto do PE, dos seus deputados e de outras instituições da UE, o que provocou indignação entre as OSC europeias.

As críticas às OSC não são novidade, mas os recentes ataques foram amplificados por notícias falsas e desinformação. Como assinalou **Brikena Xhomaqi**, copresidente do Grupo de Ligação do CESE, esta situação é um sinal de alerta para que todas as OSC se unam e gerem a mudança. «As pessoas devem saber que a maioria das OSC depende do trabalho voluntário, pelo que não desperdiçamos o dinheiro dos contribuintes.»

Os participantes apelaram igualmente à Comissão Europeia para que se pronuncie com mais firmeza sobre este tema e propuseram uma série de soluções para reforçar o papel das OSC.

García Hermida-Van Der Walle afirmou que envidaria esforços para que o papel das organizações da sociedade civil fosse mais reconhecido e reforçado no relatório sobre o Estado de direito, e também no regime geral de condicionalidade como condição habilitadora.

Michał Wawrykiewicz, deputado ao PE do Grupo do PPE, declarou que pretendia sensibilizar o seu grupo para estes temas cruciais. Salientou ainda a importância de informar os decisores políticos de que as OSC e as ONG são organizações que operam no terreno e prestam serviços fundamentais que afetam diretamente a vida das pessoas.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, apoiou as posições dos representantes das OSC, afirmando que «devemos resistir aos esforços envidados para deslegitimar estas organizações ou restringir o seu acesso aos recursos essenciais para a participação democrática. Tendo em conta as restrições de financiamento e as crescentes pressões políticas, é evidente que as OSC precisam de um apoio mais forte e mais previsível para prosseguirem o seu trabalho vital». (at)



Os desafios são imensos, mas a força da sociedade civil também

Mais de 800 participantes provenientes de organizações de cidadãos e partes interessadas de toda a Europa, incluindo organizações de juventude, organizações não governamentais e jornalistas, participaram na Semana da Sociedade Civil, organizada pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE) de 17 a 20 de março de 2025. A sessão de abertura colocou a ênfase na necessidade de proteger o espaço cívico por via judicial, reafirmando o papel fundamental da sociedade civil: exigir responsabilidades ao poder, construir pontes, apoiar a resiliência social e dar voz a todos os que, com demasiada frequência, são ignorados.

O «[Reforço da coesão e da participação em sociedades polarizadas](#)» foi o tema central da edição de 2025 da Semana da Sociedade Civil. Com as suas três iniciativas emblemáticas, a saber os [painéis do Grupo de Ligação](#), a [Iniciativa de Cidadania Europeia](#) e o [Prémio CESE para a Sociedade Civil](#), o evento visava:

- abordar a crescente polarização alimentada nos últimos anos pelo impacto da crise financeira, pelas alterações climáticas e pelo aumento da desigualdade de rendimentos;
- destacar o papel fundamental que a sociedade civil pode desempenhar neste contexto;
- reunir e fazer chegar aos responsáveis políticos da UE as exigências da sociedade civil e as soluções por ela propostas para ajudar a despolarizar a Europa, reforçando a coesão social e a participação democrática em domínios fundamentais para a sociedade.

No seu discurso de abertura, o presidente do CESE, **Oliver Röpkke**, sublinhou: «A sociedade civil tem de estar à altura do desafio. A participação, o diálogo e a solidariedade não são apenas ideais – são os fundamentos de uma Europa resiliente e unida. A Semana da Sociedade Civil é uma oportunidade de reafirmarmos o nosso empenho em prol da inclusão e da cidadania ativa. Uma democracia forte depende não só das suas instituições, mas também do empenho de todos os seus cidadãos.»

Na sua intervenção, **Albena Azmanova**, professora de Ciências Sociais e Políticas na City Saint George's, Universidade de Londres, abordou a crescente insegurança económica enfrentada pela maioria das pessoas – aquilo a que chamou «uma epidemia de precariedade». Explicou por que razão a sociedade civil é essencial para uma mudança decisiva em tempos de insegurança generalizada.

«A insegurança económica generalizada retirou à maioria das pessoas a vontade de lutar. Mas não à sociedade civil. Os ativistas da sociedade civil movem-se por um propósito, por uma causa bem precisa. São as pernas e os braços visíveis da democracia», afirmou.

Younous Omarjee, vice-presidente do Parlamento Europeu, afirmou que «neste contexto de individualismo crescente precisamos da sociedade civil como força agregadora dos cidadãos e como baluarte contra as ideias de extrema-direita que se estão a disseminar».

Adriana Porowska, ministra da Sociedade Civil, em representação da Presidência polaca da UE, abordou o papel crucial das organizações não governamentais na resiliência social e o apoio que prestam aos grupos vulneráveis e marginalizados, tendo partilhado a experiência da Polónia e da sua sociedade civil enquanto vetor de resiliência nacional.

Brikena Xhomaqi, copresidente do Grupo de Ligação do CESE com as Organizações e Redes Europeias da Sociedade Civil, salientou que a divisa «unida na diversidade», de que a UE tanto se orgulha, se cultiva desde as bases. No entanto, Brikena Xhomaqi referiu que as organizações da sociedade civil e as organizações não governamentais estão a ser alvo de ataques e que o seu financiamento e o seu papel estão a ser postos em causa. «Sem recursos, as organizações da sociedade civil não podem funcionar. Precisamos que as instituições protejam a sociedade civil e que o espaço cívico goze de proteção jurídica para manter a nossa sociedade coesa e unida na diversidade».



Associação de Debate Eslovaca ganha a 15.^a edição do Prémio CESE para a Sociedade Civil por combater a polarização nociva

O Prémio CESE para a Sociedade Civil, evento emblemático do Comité, destaca o contributo excecional da sociedade civil para manter e reforçar a identidade e a cidadania europeias. Todos os anos, o prémio aborda um tema diferente de importância premente para a sociedade relacionado com o trabalho do CESE.

Em 20 de março, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) distinguiu três organizações da sociedade civil da Eslováquia, da Bélgica e de França pelos seus projetos inovadores que combatem os níveis crescentes de polarização nociva em toda a União Europeia.

O prémio monetário de 32 000 euros foi repartido entre os três primeiros classificados.

O CESE atribuiu o **primeiro prémio** de 14 000 euros à Associação de Debate Eslovaca pelas [Olimpíadas do Pensamento Crítico](#), uma iniciativa pioneira que reforça a resistência dos jovens eslovacos contra a desinformação. O projeto organiza um concurso para estudantes de três grupos etários, em que enfrentam desafios mediáticos do mundo real e avaliam a fiabilidade dos conteúdos.

Cada um dos dois outros classificados recebeu 9 000 euros.

Os [Reporters d'Espoirs](#), de França, ficaram em **segundo** lugar com o seu projeto «Prix Européen Jeunes Reporters d'Espoirs», um programa de formação em francês para um jornalismo de soluções.

O **terceiro prémio** foi atribuído à [FEC Diversité asbl](#), da Bélgica, pelo seu projeto «Escape game Extrême droite pour se désintoxiquer», um jogo imersivo que combate as ideologias de extrema-direita.

Sobre a 15.^a edição do Prémio CESE para a Sociedade Civil

A 15.^a edição do Prémio CESE para a Sociedade Civil destacou projetos sem fins lucrativos, liderados por indivíduos, empresas privadas e organizações da sociedade civil, que ajudam a combater a polarização nociva em toda a União Europeia.

Nos últimos anos, a Europa foi atingida por múltiplas crises, desde a guerra da Rússia contra a Ucrânia, o aumento dos preços da energia e do custo de vida às consequências económicas e sociais que ainda se fazem sentir após a pandemia de COVID-19. Tais crises podem minar a confiança nas instituições públicas e criar uma polarização nociva em toda a sociedade.

Embora a polarização possa fazer parte de uma sociedade aberta e pluralista, o aumento do populismo e a polarização nociva representam desafios importantes para as democracias europeias. A Europa enfrenta também uma fratura contínua dos meios de comunicação social tradicionais, o aumento da desinformação e ataques à liberdade dos meios de comunicação, colocando cada vez mais em risco os valores democráticos.

Os vencedores deste ano foram selecionados de entre mais de 50 candidatos fortes e diversificados de 15 Estados-Membros. Os projetos vencedores foram escolhidos pela sua criatividade, entusiasmo e dedicação extraordinários no combate à polarização nociva na sociedade europeia.

«A sociedade civil organizada desempenha um papel fundamental na salvaguarda da democracia europeia, como foi mais uma vez demonstrado pelos muito diversos e notáveis projetos deste ano», declarou o vice-presidente do CESE para a Comunicação, **Aurel Laurențiu Plosceanu**.



Três anos de guerra da Rússia contra a Ucrânia: definir o futuro geopolítico da UE

No momento em que se assinala o terceiro aniversário da guerra de agressão violenta e não provocada da Rússia contra a Ucrânia - um ataque contra uma nação soberana, mas também contra os valores fundamentais da democracia, da dignidade humana e da ordem internacional assente em regras -, estamos solidários com o povo ucraniano. Foram estas as palavras de Oliver Röpke, presidente do CESE, numa declaração emitida na reunião plenária do CESE em fevereiro.

Desde o primeiro dia desta invasão, temos estado ao lado da Ucrânia - não apenas simbolicamente, mas através de medidas concretas. Hoje, reiteramos o nosso compromisso inabalável em apoiar a soberania, a democracia e o futuro europeu da Ucrânia. Apelamos à UE para que mantenha e reforce o seu apoio político, económico, humanitário e

militar.

O povo ucraniano tem demonstrado uma coragem e uma resistência extraordinárias ao defender o seu país e os princípios que nos unem enquanto europeus. Desde o primeiro dia desta invasão, o CESE, os seus membros e a sociedade civil europeia nele representada têm estado ao lado da Ucrânia - não apenas simbolicamente, mas através de medidas concretas.

Numa época de crescente incerteza geopolítica, são profundamente alarmantes as declarações recentes de representantes dos EUA que põem em causa o compromisso de defesa coletiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Europa não pode dar-se ao luxo de ser complacente.

A Ucrânia está a lutar não só pela sua sobrevivência, como também pela segurança de todo o continente europeu.

O CESE exorta os dirigentes da UE a aproveitarem a ocasião para reforçar as capacidades europeias de segurança e defesa, redefinir a autonomia estratégica, defender o multilateralismo, aprofundar a cooperação com as Nações Unidas e, ao mesmo tempo, construir parcerias mais fortes a nível mundial com aliados democráticos fora da Europa.

A Europa tem de agir agora.

A indecisão não é opção. Os autocratas e os agressores só têm a lucrar com a hesitação.

As democracias têm de se manter unidas e firmes.

O CESE insta a UE a reforçar a sua autonomia estratégica, defendendo a democracia e os direitos fundamentais e apoiando a Ucrânia de forma resoluta. Este é o momento de a UE adotar medidas geopolíticas estratégicas.

A declaração completa está disponível [aqui](#). (at)



Prioridade da Presidência polaca da UE: reforçar a segurança europeia e manter a Europa unida

A missão principal da atual Presidência polaca do Conselho da União Europeia será manter a Europa unida, avançar e tomar decisões rápidas

Na reunião plenária de fevereiro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) debateu as prioridades da Presidência polaca da União Europeia (UE) com **Magdalena Sobkowiak-Czarnecka**, subsecretária de Estado da Polónia para os Assuntos da União Europeia.

No tocante à segurança externa da UE e, em particular, à guerra de agressão contra a Ucrânia, Magdalena Sobkowiak-Czarnecka afirmou que «o nosso objetivo é continuar a apoiar a Ucrânia e manter a unidade no seio da UE». Referiu o 16.º pacote de sanções contra a Rússia como uma das primeiras realizações da Presidência polaca.

Oliver Röpke, presidente do CESE, salientou que a Polónia assumiu a Presidência rotativa da UE num momento marcado por desafios difíceis, designadamente tensões geopolíticas e crises energéticas.

Acrescentou que «o debate de hoje reafirmou a importância fundamental de estabilidade, resiliência e unidade para moldar o futuro da União Europeia. As prioridades da Presidência polaca estão estreitamente alinhadas pelas nossas ambições coletivas, em particular no que se refere à promoção de uma abordagem multidimensional da segurança. Numa época de incerteza mundial, o nosso compromisso de agir de forma decisiva e concertada mantém-se inabalável».

Sob o lema «Segurança, Europa!», a Presidência polaca da UE dedicar-se-á a sete dimensões de segurança, a saber, externa, interna, económica, alimentar, energética, da saúde e da informação.

Nos últimos meses, [a cooperação entre o Comité e a Presidência polaca](#) tem sido forte e produtiva. O CESE elaborou 15 [pareceres exploratórios](#), que já foram adotados ou sê-lo-ão em breve. (mp)



Copyright: NATO

Investimentos arrojados e colaboração com a OTAN são fundamentais para reforçar a defesa europeia

Face às crescentes ameaças à segurança, a Europa necessita urgentemente de uma estratégia unificada de financiamento da defesa. Em resposta a um pedido da Presidência polaca da UE, o CESE adotou um parecer que preconiza medidas ambiciosas: aumento do investimento em sistemas modernos, aprofundamento da cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e maior financiamento no âmbito do quadro financeiro da UE.

Os riscos para a segurança da Europa estão a aumentar, expondo a sua dependência de fornecedores externos no domínio da defesa - no espaço de um ano, 78% dos 75 mil milhões de euros gastos pelos países da UE em contratos públicos no setor da defesa destinaram-se a fornecedores

de países terceiros. O reforço da base tecnológica e industrial de defesa europeia (BTIDE) é crucial para reduzir esta dependência.

«Há que rever os mecanismos de financiamento da defesa da UE para enfrentar os desafios atuais», explica **Marcin Nowacki**, relator do Parecer do CESE - [Financiamento da defesa na UE](#). «As regras orçamentais em vigor limitam as despesas militares e, embora iniciativas como o Fundo Europeu de Defesa (FED) e o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) representem progressos, continuam a ser insuficientes para fazer face à dimensão das ameaças atuais.»

A cooperação com a OTAN é essencial para assegurar a interoperabilidade e uma estratégia unificada. A aquisição conjunta, as parcerias no domínio da cibersegurança e da segurança espacial e o projeto de satélites IRIS² reforçarão a resiliência. O financiamento da defesa deve estar alinhado com as prioridades mais vastas da UE, sem comprometer os objetivos sociais e ambientais. O investimento estratégico, a inovação e o planeamento a longo prazo são fundamentais para garantir a segurança e a autonomia da Europa. (tk)



Das palavras à ação: CESE define prioridades para combater desigualdade de género e violência contra as mulheres

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) realizou um fórum de alto nível sobre os direitos das mulheres, que reuniu personalidades de primeiro plano para debater questões prementes relacionadas com os direitos das mulheres e definir as principais prioridades na perspetiva da próxima reunião da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher.

A mensagem do fórum de alto nível do CESE sobre os direitos das mulheres foi clara: os progressos registados não são suficientes. Embora a UE tenha tomado medidas para proteger as mulheres e as raparigas, a persistência de desigualdades estruturais e de estereótipos de género e os ataques aos direitos das mulheres continuam a ameaçar as conquistas

duramente alcançadas na Europa. Enquanto persistirem obstáculos estruturais, as mulheres não poderão participar de forma plena na sociedade.

O fórum de alto nível, realizado em 26 de fevereiro, durante a reunião plenária do CESE, contou com a presença da presidente do Grupo Eventual para a Igualdade, **Sif Holst**, do presidente do CESE, **Oliver Röpke**, e da comissária da Igualdade e da Preparação para Crises e Gestão de Crises, **Hadja Lahbib**, bem como de **Carlien Scheele** (diretora do Instituto Europeu para a Igualdade de Género), **Florence Raes** (diretora do Gabinete da ONU Mulheres em Bruxelas), **Ayşe Yürekli** (representante da UE na KAGIDER – Mulheres Empresárias da Turquia), **Mary Collins** (secretária-geral do Lóbi Europeu de Mulheres) e **Cianán Russell** (responsável principal pela gestão de políticas, ILGA Europa).

O fórum contou com dois importantes painéis sobre desafios urgentes em matéria de igualdade de género, relacionados com os dois pareceres fundamentais do CESE sobre esses assuntos adotados na reunião. Peritos, ativistas e decisores políticos reuniram-se para partilhar ideias, propor soluções e assumir compromissos reforçados em matéria de promoção dos direitos das mulheres na Europa e não só.

O primeiro painel centrou-se na próxima (69.^a) reunião da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher (UNCSW69), enquanto o segundo painel se centrou na violência contra as mulheres e as raparigas enquanto questão de direitos humanos. Na sequência do fórum de alto nível, foram adotados em plenária dois pareceres conexos: o Parecer – [Contributo do CESE para as prioridades da UE no âmbito da 69.^a reunião da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher](#) e o Parecer – [A violência contra as mulheres enquanto questão de direitos humanos](#). (Im)



CESE e ECOSOCC da UA reafirmam empenho na igualdade de género na CSW69 da ONU

Por ocasião da 69.ª reunião da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher (CSW69), em Nova Iorque, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) e o Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC da UA) reafirmaram o seu empenho inabalável na promoção da igualdade de género e na capacitação das mulheres.

No momento em que a comunidade internacional assinala os 30 anos da adoção da Declaração de Pequim e da Plataforma de Ação de Pequim, o CESE e o ECOSOCC da UA reconhecem os progressos realizados em matéria de igualdade de género mas também os desafios que continuam a impedir a plena igualdade entre homens e mulheres.

Na sua segunda [declaração conjunta](#), o CESE e o ECOSOCC da UA destacam as principais prioridades neste domínio, que passam por aumentar o número de mulheres em posições de liderança através de quotas de género, erradicar a violência de género através de convenções internacionais, eliminar o fosso digital entre homens e mulheres e promover a emancipação económica das mulheres.

Solicitam também políticas mais robustas no que se refere ao trabalho de prestação de cuidados não remunerado, a inclusão das mulheres nos esforços de paz e a elaboração de políticas baseadas em dados. Sublinham ainda a importância da cooperação mundial para eliminar a desigualdade sistémica e defender os direitos das mulheres. Além disso, o CESE insta a UE a combater a violência de género, a assegurar a paridade de género e a defender o papel da sociedade civil na promoção da igualdade.

Na ocasião, **Oliver Röpkke**, presidente do CESE, afirmou: «No momento em que celebramos os 30 anos da Declaração de Pequim, urge passar das palavras aos atos. A igualdade entre homens e mulheres não é um privilégio, mas um direito fundamental, que é essencial para construir sociedades sustentáveis e inclusivas. O CESE mantém-se firme no seu empenho em eliminar barreiras, garantir a plena participação das mulheres no processo de decisão e promover a sua emancipação económica. Chegou o momento de governos, instituições e sociedade civil agirem de forma determinada – não há igualdade sem responsabilidade.»

A Comissão sobre o Estatuto da Mulher é o principal organismo internacional e intergovernamental que luta pela igualdade entre homens e mulheres. Esta foi a segunda vez que o CESE participou na maior reunião anual das Nações Unidas dedicada à capacitação das mulheres. (tk)



Urge agir em prol de uma Estratégia Industrial para a Europa

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) insta a UE a aplicar uma estratégia industrial sólida que reforce a competitividade, crie empregos de qualidade e se coadune com o Pacto Ecológico. Para assegurar a sua eficácia, importa acompanhar de perto a sua aplicação e adaptá-la aos desafios emergentes.

«A Europa enfrenta um risco sério de desindustrialização. A indústria e a ação climática devem ir de par», afirmou **Andrea Mone**, relator do Parecer do CESE – [O futuro da indústria da UE face aos elevados preços da energia e aos custos de transição](#), adotado na reunião plenária de

fevereiro.

No parecer, o CESE frisa a necessidade de um quadro regulamentar e económico robusto para fazer face aos custos elevados da energia e das matérias-primas, aos desafios em matéria de investimento na transição ecológica, às lacunas em matéria de infraestruturas, à escassez de competências e à fraca procura interna. É fundamental adotar uma política de competitividade centrada no investimento e na inovação para promover a coesão social e territorial.

O apelo do CESE para uma ação urgente surge no contexto das preocupações crescentes com a segurança económica da Europa e as suas dependências externas. Numa era em que as incertezas geopolíticas e comerciais não param de aumentar, a política comercial da UE tem de ser resiliente para salvaguardar a sustentabilidade industrial no contexto de objetivos de descarbonização assimétricos, sobrecapacidade mundial e tensões comerciais crescentes. Para alcançar esse objetivo, é essencial assegurar uma maior autonomia no aprovisionamento de matérias-primas críticas.

É também crucial aumentar o investimento, como salientado no Relatório Draghi, e proceder a reformas da governação. A economia da UE sairá igualmente reforçada por um mercado único unificado, em especial no setor da energia. A redução dos encargos regulamentares, o aperfeiçoamento dos quadros do mercado da eletricidade e a melhoria dos instrumentos financeiros, como os contratos de aquisição de eletricidade, serão uma forma de apoiar a transição das indústrias.

Uma transição justa deve pautar-se por um diálogo social forte e pela negociação coletiva. A política industrial deve coadunar-se com as estratégias para a educação e a mão de obra, colocando a tónica na investigação, na inovação e no desenvolvimento de competências. O investimento em infraestruturas energéticas, energias renováveis e iniciativas da economia circular contribuirá para alcançar os objetivos climáticos.

O CESE adotou igualmente o Parecer Complementar – [O futuro das indústrias da UE com utilização intensiva de energia](#), em que propõe soluções adaptadas para assegurar a sustentabilidade dessas indústrias a longo prazo. É vital dar resposta aos desafios específicos que as mesmas enfrentam para assegurar o futuro do setor industrial da UE. (II)



UE precisa de regras mais justas e simples para se manter competitiva

Expandir-se além-fronteiras na UE é como entrar num labirinto de regras de IVA e de formalidades administrativas contraditórias, que fazem aumentar os custos. As pequenas e médias empresas (PME) enfrentam encargos de conformidade desproporcionados, o que compromete a sua expansão e a sua competitividade. O CESE defende reformas urgentes em dois pareceres adotados na plenária de fevereiro, com base nos relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi. As propostas incluem a harmonização da regulamentação financeira, a apresentação de relatórios baseada na IA e uma política industrial coordenada.

«O mercado único é o pilar da prosperidade económica europeia, mas continua por completar em setores-chave como as finanças, a energia e os serviços digitais», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpke**. «O

debate de hoje demonstra a urgência de reformas para eliminar os obstáculos e reforçar o setor dos serviços, assegurando condições equitativas para as empresas em toda a UE.»

Maria Luísa Albuquerque, comissária dos Serviços Financeiros e União da Poupança e dos Investimentos, apoiou este apelo: «A minha visão para a União da Poupança e dos Investimentos é gerar riqueza para os cidadãos e crescimento para as empresas, unindo-os num ambiente seguro, competitivo, bem regulamentado e adequadamente supervisionado.»

Os pareceres do CESE identificaram dois desafios cruciais para a competitividade: a [fragmentação do mercado único, salientada nos relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi](#), e o [excesso de burocracia, que afeta em especial as PME](#). Estes dois fatores asfixiam a inovação e o crescimento económico.

Qual é o problema?

Em toda a Europa, as empresas estão atoladas em regulamentações complexas e que se sobrepõem umas às outras, uma situação que custa tempo e dinheiro, atrasa a aplicação do Pacto Ecológico e restringe o acesso ao financiamento pelas empresas de média dimensão, o que resulta em empresas frustradas, em custos mais elevados para os consumidores e num crescimento económico mais fraco.

Para além dos encargos regulamentares, a Europa também enfrenta desafios estruturais que comprometem a sua competitividade. A lentidão dos progressos na realização do mercado único, as disparidades nas infraestruturas digitais e energéticas e a ausência de uma política industrial coordenada estão a limitar a capacidade da UE de competir a nível mundial. Enquanto outros blocos económicos estão a adaptar-se rapidamente para atraírem investimento e promoverem a inovação, a Europa está em risco de ficar para trás.

Como resolvê-lo?

O reforço da competitividade requer uma abordagem integrada que inclua a supressão dos entraves em setores cruciais como as finanças e a energia, a promoção da transformação digital e a garantia de que as PME possam expandir-se e competir em condições equitativas.

Os pareceres do CESE propõem:

- a simplificação da regulamentação sem afrouxar as normas ambientais e sociais,
- a criação de uma plataforma única baseada na IA para simplificar a apresentação de relatórios pelas PME, tornando o cumprimento das normas mais rápido e mais fácil,
- a harmonização das regras em todos os setores, a fim de eliminar a burocracia repetitiva,
- a harmonização da regulamentação financeira em todos os Estados-Membros, com uma política industrial coordenada,
- a reforma do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço, para criar um mecanismo mais justo e menos oneroso. (gb)



O Pacto da Indústria Limpa serve o seu propósito?

Em 6 de março, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) organizou um debate sobre o Pacto da Indústria Limpa da Comissão Europeia, poucos dias antes das discussões previstas para 12 de março no Conselho. Os decisores políticos, os líderes da indústria e a sociedade civil analisaram se o plano pode realmente apoiar o setor das tecnologias limpas, as indústrias energeticamente intensivas e a autonomia estratégica da Europa.

Face à instabilidade geopolítica e à mudança nas relações transatlânticas, é mais urgente do que nunca assegurar a autonomia estratégica da Europa. O Pacto da Indústria Limpa pretende acelerar a descarbonização e a circularidade, reforçando simultaneamente a competitividade industrial, desde logo pela redução dos preços da energia. Subsistem dúvidas quanto à sua viabilidade e financiamento.

«Não se trata de escolher entre autonomia estratégica, competitividade ou dupla transição. Todos os setores industriais são abrangidos e devem adaptar-se, ao seu próprio ritmo, mas com base em compromissos claros», afirmou **Pietro de Lotto**, presidente da Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) do CESE, definindo o desafio como um exercício de equilíbrio.

A Comissão sublinhou a necessidade geopolítica de a UE se tornar independente da Rússia do ponto de vista energético, mas o declínio industrial da Europa constitui uma preocupação crescente. A produção industrial e os fluxos de investimento direto estrangeiro diminuíram significativamente nos últimos dois anos.

O financiamento será um grande desafio. A consecução dos objetivos do plano exige a cooperação entre as instituições da UE, os Estados-Membros e a indústria. Embora o Banco Europeu de Investimento tenha

prometido 500 milhões de euros em contragarantias e 1,5 mil milhões de euros para melhorar as redes de energia, os governos nacionais devem mobilizar recursos adicionais.

O impacto social da transição é também uma questão fundamental, em especial nas indústrias com utilização intensiva de energia, que registaram perdas significativas de postos de trabalho. Os representantes da sociedade civil questionam-se se a redução dos impostos sobre a energia, uma proposta fundamental do pacto, será feita à custa do financiamento da educação e dos cuidados de saúde.

Apesar do otimismo em torno dos objetivos a longo prazo do Pacto da Indústria Limpa, os peritos manifestaram preocupações quanto à sua capacidade para dar resposta aos desafios a curto prazo. A rapidez e a simplificação são cruciais, uma vez que os elevados custos da energia e os obstáculos regulamentares podem atrasar os progressos. A fragmentação das políticas nacionais continua a ser um desafio, e o Pacto da Indústria Limpa corre o risco de perder uma oportunidade crucial para harmonizar a política industrial em toda a Europa.

A neutralidade tecnológica constitui também uma preocupação, que gera um debate sobre o equilíbrio certo entre energias renováveis, hidrogénio e biocombustíveis. Embora a tónica nas energias renováveis seja bem-vinda, são necessários compromissos firmes em matéria de eficiência energética. As energias renováveis já permitiram poupar 100 mil milhões de euros aos consumidores europeus entre 2021 e 2023, uma conquista que a UE deve aproveitar. (jh)



[Agricultores da UE precisam de apoio urgente para sobreviver à volatilidade dos mercados](#)

Os agricultores europeus enfrentam crises cada vez maiores, decorrentes, nomeadamente, de fenómenos meteorológicos extremos, da instabilidade do mercado e da concorrência desleal. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) adverte que as atuais políticas da União Europeia (UE) não salvaguardam os agricultores e defende reformas urgentes para garantir rendimentos, reforçar o poder de negociação e assegurar uma agricultura sustentável.

Num [parecer](#) solicitado pela Presidência polaca da UE, o CESE preconiza um sistema agrícola mais resiliente, centrado nos agricultores.

«A agricultura é uma profissão nobre com dois objetivos fundamentais: produzir alimentos seguros e de alta qualidade para alimentar as pessoas, e preservar e reforçar o ambiente. Tudo o que pedimos em troca é um salário digno por um trabalho digno, bem como respeito e um preço justo pelos alimentos que fornecemos», afirmou **Joe Healy**, um dos três relatores do parecer.

O CESE entende que a política agrícola comum (PAC) está mal preparada para enfrentar os desafios atuais. Os instrumentos financeiros que o Comité recomenda para apoiar os agricultores incluem seguros públicos em caso de catástrofes naturais, ajudas anticíclicas e pagamentos diretos. Os fundos de investimento, já utilizados em alguns Estados-Membros da UE, poderiam constituir uma rede de segurança adicional, financiada coletivamente pelos agricultores, pela indústria, pelos governos regionais e pela UE.

Tendo em vista a revisão da PAC após 2027, o CESE preconiza que o seu orçamento volte a ser de, pelo menos, 0,5% do produto interno bruto da UE. Considera ainda que é necessária uma regulamentação comercial mais rigorosa para garantir que os produtos importados respeitam as normas ambientais e laborais da UE.

Outra preocupação fundamental é a venda abaixo do custo de produção, uma prática que coloca os agricultores sob uma pressão financeira extrema. O CESE exorta os decisores políticos da UE a ponderarem seriamente a proibição das compras abaixo do custo de produção, a fim de evitar que os grandes retalhistas levem os agricultores à falência, utilizando como modelo a legislação de Espanha relativa à cadeia alimentar.

A fim de reforçar a transparência e o poder de mercado dos agricultores, o CESE propõe um centro digital da UE para monitorizar os preços, custos e lucros. Defende também negociações coletivas de preços e um maior apoio às cooperativas e organizações de produtores. Cabe reforçar a independência económica e a competitividade em todo o setor agrícola da UE.

Embora os objetivos em matéria de clima sejam essenciais, os agricultores não podem suportar os custos sozinhos. Um fundo de sustentabilidade poderia ajudá-los na transição para práticas mais ecológicas. O parecer alerta para o risco de fuga de carbono, criado quando as regras rigorosas da UE colocam os agricultores locais em desvantagem relativamente aos concorrentes de países terceiros.

O CESE salienta a importância do investimento no desenvolvimento rural, na inovação e na simplificação das regras da PAC. Com os agricultores cada vez mais sob pressão, a urgência é evidente: os dirigentes da UE têm de agir antes que mais explorações agrícolas desapareçam. (ks)



Reforçar a resiliência e a competitividade no Semestre Europeu de 2025

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) apresentou recomendações fundamentais sobre o Semestre Europeu de 2025 - pacote de outono, solicitando investimentos estratégicos e uma cooperação reforçada para aumentar a resiliência e a competitividade da UE.

O CESE apresentou as suas recomendações num [parecer](#) adotado na reunião plenária de fevereiro, que coloca a tónica na sustentabilidade, nas reformas do mercado de trabalho e num melhor alinhamento entre as políticas nacionais e da UE e insta, simultaneamente, a uma maior participação da sociedade civil.

O CESE considera lamentável a não publicação da Análise Anual do Crescimento Sustentável, um documento estratégico crucial. Salienta a necessidade de as instituições da UE se prepararem para os riscos geopolíticos que afetam o comércio, a inflação e o crescimento.

O CESE mostra-se positivo quanto à iniciativa Bússola para a Competitividade, apoiando-a, e apela para que se invista nos setores da energia e digital, criando um Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. Além disso, insta a uma maior participação da sociedade civil, a uma avaliação pragmática do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e ao reforço da cooperação entre os Estados-Membros para melhorar as políticas económicas e a produtividade. (tk)



Modernizar a política de coesão em prol de uma UE mais forte e resiliente

A política de coesão é, há muito, um pilar da integração europeia, promovendo a unidade económica, social e geográfica em toda a UE. No momento em que o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027 começa a ganhar forma, é essencial modernizar a política de coesão para aumentar a eficiência, a sustentabilidade e a capacidade de resposta aos novos desafios.

No Parecer - [Reforçar a orientação para a obtenção de resultados da política de coesão após 2027](#), recentemente adotado pelo CESE, sublinha-se a necessidade de adotar uma abordagem orientada para os resultados, a fim de garantir que a política de coesão continue a produzir benefícios tangíveis, reduzindo as desigualdades e promovendo a competitividade sustentável.

«A política de coesão deve continuar a ser o principal instrumento da UE para o desenvolvimento regional. Uma abordagem orientada para os resultados garante que cada euro gasto contribui para o bem-estar económico e social», afirmou o relator do parecer, **David Sventek**.

O QFP pós-2027 terá de ser objeto de uma revisão completa para apoiar o desenvolvimento regional, as transições ecológica e digital e a competitividade económica. Tendo em conta que as necessidades de investimento são superiores a 750-800 mil milhões de euros por ano, é essencial que a UE assegure um financiamento robusto.

O CESE solicita a manutenção da capacidade orçamental em 1,8% do produto interno bruto da UE e o reforço do financiamento da política de coesão. Entre as principais prioridades encontram-se a governação partilhada, políticas regionais adaptadas, financiamento baseado em resultados e processos simplificados.

Uma abordagem orientada para os resultados aumenta a eficiência, mas também exige uma melhor execução e controlo. O equilíbrio entre a competitividade e o investimento social, o reforço do apoio técnico e a garantia da transparência tornarão a política de coesão mais eficaz, promovendo a resiliência económica e reduzindo as disparidades em toda a Europa. (tk)



[CESE preconiza turismo regenerativo para reforçar a economia e o ambiente](#)

O turismo é uma força motriz da economia da UE e pode reforçar a competitividade da Europa. Chegou o momento de repensar o turismo e de avançar da sustentabilidade para o turismo regenerativo, em que os destinos, mais do que apenas sobreviverem, prosperam.

O **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** insta a União Europeia a transformar o seu setor do turismo, colocando a tónica na sustentabilidade e na regeneração, a fim de colher benefícios económicos e ambientais a longo prazo.

Dado que o turismo continua a ser um pilar vital da economia da UE, em particular nas regiões que dependem fortemente deste setor, o CESE defende uma transição acelerada para o turismo sustentável e uma mudança para estratégias de turismo regenerativo, tal como referido no seu Parecer - [Turismo na UE: a sustentabilidade como motor da competitividade a longo prazo](#).

«Temos de assegurar que o turismo desempenha um papel no relançamento da competitividade europeia. Este aspeto é essencial, na medida em que o turismo e as suas cadeias de valor dão um contributo muito importante para o PIB de muitos Estados-Membros e regiões», afirmou a relatora do parecer, **Isabel Yglesias**.

Isabel Yglesias afirmou que o parecer se baseia na Declaração de Palma, adotada durante a Presidência espanhola do Conselho no segundo semestre de 2023, a qual promoveu um amplo consenso sobre a forma de garantir que a sustentabilidade está no cerne do futuro do turismo.

Para o efeito, as instituições europeias e os governos nacionais, regionais e locais devem apoiar ativamente o setor nas suas transições, assegurando um diálogo contínuo com todas as partes interessadas pertinentes e reforçando o diálogo social.

Embora os esforços em prol da sustentabilidade no turismo tenham permitido progressos inegáveis, o crescimento acentuado das viagens após a pandemia tem vindo a exercer pressão sobre muitos destinos populares. Este aumento está a tornar mais difícil para as regiões conciliarem crescimento económico e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que se debatem com uma escassez de pessoal e uma inadequação entre os empregos disponíveis e as competências dos trabalhadores.

Nessa continuidade, o CESE preconiza também uma transição para o turismo regenerativo e a sua inclusão na estratégia europeia para o turismo sustentável que a Comissão Europeia apresentará nos próximos meses.

Ao contrário do turismo sustentável tradicional, que se centra na redução dos danos ambientais, o turismo regenerativo visa restaurar e melhorar o capital natural, social e económico. Esta abordagem inovadora integra os princípios da economia circular e procura ter um impacto positivo duradouro nos destinos e nas comunidades locais. (II)



Generative AI and foundation models
in the EU: Uptake, opportunities, challenges,
and a way forward



Novo estudo do CESE sobre IA generativa: reforçar a competitividade da Europa no domínio da IA

A UE encontra-se numa encruzilhada crítica no desenvolvimento da inteligência artificial (IA). As empresas norte-americanas dominam o mercado da IA generativa, absorvendo 80% do investimento privado mundial, mas a China está a progredir rapidamente. A fim de determinar o que necessita a Europa para garantir que continua competitiva, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) publicou um novo estudo em colaboração com o [Centro de Estudos de Política Europeia \(CEPE\)](#).

O estudo, elaborado sob a égide da Secção do Mercado Único, Produção e Consumo (INT) do CESE e debatido regularmente no [Observatório da Transição Digital e do Mercado Único do CESE](#), examina as oportunidades e os desafios principais, assim como as medidas políticas necessárias para melhorar o panorama da IA na Europa.

Principais recomendações para a UE:

Impulsionar o investimento na IA e a capacidade

computacional: a Europa deve aumentar o investimento em infraestruturas de IA para promover a inovação.

Centrar-se em três setores de elevado potencial: a IA pode estimular o crescimento na **indústria automóvel, na energia limpa e na educação**.

Promover a IA de fonte aberta: fomentar modelos de IA abertos reforçará a acessibilidade e a concorrência.

Integrar melhor os esforços de I&D em toda a UE.

Capacitar a sociedade civil na governação da IA

O estudo salienta a importância das organizações da sociedade civil na definição das políticas e da governação em matéria de IA. Para reforçar a inclusividade e a adoção ética da IA, o estudo recomenda:

- **Programas de literacia em IA:** prever iniciativas de formação e diálogo social para capacitar os trabalhadores e o público.
- **Abordagem «social desde a conceção»:** assegurar que o desenvolvimento da IA se centra no ser humano e se coaduna com as necessidades da sociedade.
- **Mais financiamento para as organizações da sociedade civil:** apoiar as organizações sem fins lucrativos que colmatam o fosso entre a tecnologia de IA e a compreensão do público.
- **Adoção ética da IA:** dar prioridade a sistemas de IA fiáveis e alinhados pelos valores europeus.

Aproveitar o potencial do CESE na política em matéria de IA

O CESE está bem posicionado para facilitar a participação estruturada das organizações da sociedade civil na política em matéria de IA. O estudo recomenda que se defenda uma IA de fonte aberta e se promova a inovação ética mediante contratos públicos e regimes de financiamento, com o CESE enquanto plataforma central para colaborar com as organizações da sociedade civil e as comunidades de fonte aberta e sensibilizar para o impacto da IA na sociedade.

O estudo apresenta igualmente um **glossário unificado da IA** para estabelecer uma linguagem comum, assegurando uma comunicação eficaz entre os decisores políticos, os criadores e os utilizadores, crucial para o desenvolvimento, a governação e a implantação responsáveis da IA em todos os setores.

Este estudo será partilhado com as principais instituições da UE e deverá contribuir para as futuras políticas em matéria de IA. [Leia o estudo completo.](#) (vk)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Copyright: EU2025 - source: EC

Um olhar mais atento sobre o Pacto da Indústria Limpa: urgência e reformas necessárias

Por Michal Pintér, delegado da Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) do CESE

O Pacto da Indústria Limpa, divulgado recentemente, reconhece a importância estratégica das indústrias com utilização intensiva de energia para a economia da UE e identifica corretamente os principais desafios com que estas se deparam. Embora apresente ideias pertinentes, como os mercados-piloto ecológicos, o apoio à economia circular e o financiamento da descarbonização, as medidas que prevê carecem da urgência e do arrojo necessários para inverter o declínio das indústrias europeias com utilização

intensiva de energia.

No Parecer – [O futuro das indústrias da UE com utilização intensiva de energia face aos elevados preços da energia e aos custos de transição](#), adotado recentemente, o **Comité Económico e Social Europeu** salienta o considerável défice de competitividade das indústrias com utilização intensiva de energia na UE em relação aos concorrentes mundiais. A Comissão aponta, e bem, os preços da energia como o principal fator responsável. No entanto, nem o pacto nem o Plano de Ação para Energia a Preços Acessíveis propõem uma reforma na configuração do mercado da eletricidade. O sistema de fixação de preços marginais funcionou enquanto a UE beneficiava de um fornecimento estável por gasoduto de gás relativamente barato proveniente da Rússia. Infelizmente, a realidade mudou e estamos agora expostos a um aprovisionamento

de gás natural liquefeito (GNL) dispendioso e volátil, sendo provável que a situação assim se mantenha nos próximos anos. Ainda que a matriz energética da UE se caracterize cada vez mais por eletricidade de baixo custo produzida sem combustíveis fósseis, os preços destes combustíveis continuam a ditar a tendência dos preços da eletricidade.

Os esforços políticos para aumentar as fontes de energia renováveis são louváveis, mas não reduzem a fatura de eletricidade devido à atual configuração do mercado. São necessárias medidas imediatas com vista a transferir os benefícios de custo da eletricidade renovável para as indústrias e a analisar todas as opções de atenuação dos preços, incluindo a dissociação dos preços da eletricidade.

O pacto também identifica lacunas no Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (ausência de solução para as exportações, redistribuição de recursos e evasão) e nos instrumentos de defesa comercial. É de lamentar, contudo, que não aborde suficientemente a questão da futura proteção do mercado da UE, deixando as indústrias europeias com utilização intensiva de energia em situação de insegurança numa guerra comercial a nível mundial.

O CESE insta as instituições da UE a adotarem medidas decisivas através de planos de ação setoriais específicos, a fim de evitar uma maior desindustrialização e preservar a capacidade de transformação industrial da UE.



Não há defesa sem investimento social

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

As despesas sociais e com a defesa são indissociáveis - o Estado-providência não deve ser sacrificado para aumentar os gastos em defesa. Um Estado social forte continua a ser um instrumento fundamental para travar os partidos de extrema-direita e as suas aspirações de reproduzir autocracias semelhantes à do Kremlin na UE.

Com o início do quarto ano de guerra na Ucrânia, são muitas as vozes que apelam para um aumento das despesas com a defesa, em especial após as mudanças políticas nos EUA. A proteção dos países europeus já não parece estar garantida. Esta situação já quebrou muitos tabus no que diz respeito não só aos debates sobre questões militares a nível da UE, como também ao aumento do endividamento.

No entanto, algumas destas vozes também enquadram essa questão como um «jogo de soma zero» para o Estado-providência – como se o poderio das forças armadas americanas se devesse à falta de proteção social adequada do país, ou como se os nossos exércitos enfraquecidos fossem o resultado das pensões e da segurança social.

O Grupo dos Trabalhadores pretende destacar dois aspetos:

- A UE no seu conjunto é o segundo maior investidor no setor militar a nível mundial. Embora, em alguns casos, possam ser necessárias despesas comuns ou adicionais, o que se impõe verdadeiramente é assegurar a coordenação e realizar projetos conjuntos para garantir a autonomia estratégica. Temos de estar aptos a defender-nos, mas não precisamos de competir com os EUA a nível mundial.
- Um Estado social que funcione corretamente, juntamente com esforços para combater a pobreza e as desigualdades, é um instrumento fundamental para evitar a tomada de poder pela extrema-direita em muitos Estados-Membros. Esses partidos de extrema-direita, em ascensão, têm pouca apetência pela democracia, são abertamente hostis à maioria dos nossos valores, aspiram reproduzir a autocracia do Kremlin nos nossos Estados-Membros e, se estiverem no poder, tudo farão para que não possa surgir uma política de defesa coordenada.

Por conseguinte, os Estados-Membros devem ter presente que o investimento social e o investimento na defesa se reforçam mutuamente, um viabilizando o outro.



Grupo das Organizações da Sociedade Civil: faça-se ouvir mais alto a voz da sociedade civil

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE

O CESE deve ser associado às iniciativas da Comissão Europeia desde o início para intensificar o diálogo com a sociedade civil. O estudo que o CESE publicará em breve sobre o levantamento das práticas de diálogo civil nas instituições da UE pode representar um contributo valioso, na opinião do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE.

Tendo em conta o início do novo ciclo político da UE e o anúncio, no [programa de trabalho da Comissão](#), de uma estratégia da UE para apoiar, proteger e capacitar a sociedade civil, para o terceiro trimestre de 2025, o Grupo das Organizações da Sociedade Civil realizou uma [conferência](#) para destacar as principais ações necessárias para o período 2024-2029. O evento, que teve lugar em 3 de março, contou com a participação de cerca de 100 representantes de organizações da sociedade civil nacionais e europeias e dos cidadãos.

Séamus Boland, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, afirmou que as organizações da sociedade civil têm um papel a desempenhar para assegurar a elaboração informada de políticas que respondem às necessidades das pessoas. Reiterou o apelo do grupo e do CESE para que este seja associado à plataforma da sociedade civil prevista pela Comissão.

«O CESE deve ser associado às iniciativas da Comissão Europeia desde o início para intensificar o diálogo com a sociedade civil. Deve participar na governação e ser um elemento essencial da iniciativa de criação de uma plataforma da sociedade civil», afirmou Séamus Boland.

Defendeu que o diálogo civil estruturado, regular, transparente e inclusivo deve assentar nas estruturas existentes e reunir todas as partes interessadas correspondentes. Por conseguinte, as instituições europeias devem criar um grupo de trabalho sobre o diálogo civil, facilitado pelo CESE.

«Um grupo de trabalho sobre o diálogo civil poderia elaborar um plano com vista a criar um ambiente mais propício para as organizações da sociedade civil no processo de definição de políticas», declarou Séamus Boland. Este pode ser um primeiro passo para um diálogo civil mais estruturado, abordando questões como: quem é consultado, sobre que temas, em que prazos e com que resultados?

O grupo de trabalho proposto poderia ainda aproveitar o estudo que o CESE lançará em breve sobre as práticas de diálogo existentes, intitulado «Mapping civil dialogue practices in the EU institutions».

O estudo foi encomendado pelo CESE a pedido do Grupo das Organizações da Sociedade Civil e os resultados deverão estar disponíveis a partir de julho de 2025. O estudo faz um levantamento exaustivo das práticas de diálogo civil nas instituições da UE: que processos são atualmente organizados para a participação das organizações da sociedade civil e que tipo de metodologia é utilizado? Os conhecimentos sobre as práticas existentes deverão informar e apoiar os esforços em prol de um diálogo civil mais estruturado no novo ciclo legislativo. **Berta Mizsei**, do Centro de Estudos de Política Europeia (CEPE), já apresentou as conclusões preliminares do estudo durante a conferência.

Salientou-se igualmente na conferência que a saúde financeira das organizações da sociedade civil é imprescindível para manter o diálogo e para ligar os decisores políticos às necessidades das pessoas. É necessário garantir a sua estabilidade financeira e independência.

As [conclusões e recomendações](#) da conferência estão disponíveis no sítio Web do CESE.

ESPECIAL «A TUA EUROPA, A TUA VOZ» (YOUR EUROPE, YOUR SAY – YEYS)



A tua Europa, a tua voz 2025: Cidadania ativa e luta contra a corrupção no topo da agenda dos jovens

A edição de 2025 do evento anual do Comité Económico e Social Europeu (CESE) A tua Europa, a tua voz, destinado à juventude, teve lugar em 13 e 14 de março, sob o tema «Dar voz aos jovens», e centrou-se no papel dos jovens na construção coletiva de um futuro resiliente.

O evento deste ano reuniu cerca de 100 jovens provenientes de toda a União Europeia (UE), bem como dos nove países candidatos à adesão à UE e do Reino Unido. Estiveram representados conselhos nacionais da juventude, organizações de juventude e escolas secundárias, tendo os participantes posto em evidência as preocupações de um vasto leque de grupos. Muitos participantes já tinham experiência enquanto

representantes da juventude, mas para outros o evento foi uma estreia importante na via da democracia participativa nas suas comunidades e não só.

Através de vários seminários, os jovens, orientados por facilitadores, identificaram as questões mais prementes que, na sua opinião, os intervenientes políticos deveriam abordar, da luta contra a corrupção até ao desenvolvimento de uma estratégia coerente em matéria de clima, passando pela garantia de direitos iguais para todos. Uma vez que a corrupção mina a confiança nas instituições e enfraquece a democracia, é imperativo apoiar o jornalismo de investigação e melhorar a transparência na utilização do dinheiro dos contribuintes.

«Temos de assegurar a responsabilização. Não podemos dar-nos ao luxo de ser espetadores, pois o custo da inação é demasiado elevado. Temos de a combater e de a vencer», afirmou um participante.

Os jovens também destacaram o caráter essencial de estabelecer objetivos comuns na luta contra as alterações climáticas, salientando a necessidade de «consagrar uma existência isenta dos efeitos adversos das alterações climáticas». Apelaram para programas curriculares baseados em valores, o que teria um impacto positivo no comportamento em linha e atenuaria a desinformação. Os participantes no evento também defenderam a igualdade de direitos, de tratamento e de oportunidades, bem como a inclusão de todas as pessoas em todos os espaços. Relativamente à falta de representação dos jovens nos processos de decisão política, sublinharam que uma condição de qualquer democracia é que todas as vozes sejam ouvidas.

O evento de um dia e meio culminou com a reunião plenária de jovens de encerramento, em que uma juventude empenhada e determinada apresentou as suas recomendações a **Oliver Röpke**, presidente do CESE, e **Biliana Sirakova**, coordenadora da UE para a juventude. Na sequência de uma votação, os jovens selecionaram cinco questões por ordem de importância.

- 1) Luta contra a corrupção através da transparência e da participação dos jovens.
- 2) Cidadania ativa: da sala de aula à comunidade.

3) SIM à igualdade.

4) A juventude merece um lugar.

5) Desenvolver uma estratégia coerente em matéria de alterações climáticas.

O presidente Oliver Röpke salientou que estas recomendações poderiam moldar o trabalho consultivo do CESE, destacando a igualdade de género como uma prioridade fundamental do Comité. Biliana Sirakova referiu que estas recomendações também contribuiriam para o trabalho da UE. (cpwb)



Incentivar para capacitar

Por Kristýna Bulvasová

Num mundo de incertezas, em que convicções antigas começam a vacilar e valores anteriormente partilhados deixaram de nos unir e agora nos dividem, os jovens devem ter a oportunidade de participar de forma significativa, aqui e agora, para resolver os vários problemas urgentes que não param de surgir. Os debates na reunião plenária dos jovens de 2025 mostraram claramente que não há um tema que possa ser descrito como «tema da juventude» e que os jovens estão preocupados, com razão, com uma série de problemas muito diversos, da luta contra a corrupção à promoção da igualdade e à luta contra as alterações climáticas, escreve Kristýna Bulvasová, estudante checa e participante no evento «A tua Europa, a tua voz».

Quantas vezes já me disseram, enquanto jovem da Geração Z: «a tua geração enfrenta mais problemas do que nunca» ou «terão de ser vocês a ajudar a enfrentar os desafios atuais»! Está muita coisa em jogo, mas os desafios também são enormes: um recuo sem precedentes da democracia, a polarização das nossas sociedades por questões que anteriormente eram «valores comuns», a desestabilização de convicções e sistemas de longa data, para não falar da precariedade cada vez maior.

As expectativas elevadas exercem pressão não só sobre os jovens mas também sobre as organizações da sociedade civil subfinanciadas e sobre a sua missão vital de orientação dos valores dos jovens, bem como sobre os sistemas de ensino. A educação formal deve ser capaz de equipar os jovens das competências e ferramentas de que necessitam para resolverem os problemas e se tornarem os líderes de hoje e de amanhã. Infelizmente, muitos sistemas de ensino são demasiado rígidos para resistirem ao século XXI, e as escolas não conseguem proporcionar educação sobre as alterações climáticas ou questões gerais de saúde (mental ou reprodutiva). Também não dispõem de tecnologia de ponta nem de acesso adequado para grupos vulneráveis.

Mesmo saber quem é «vulnerável» é uma questão que se tornou política (ou, o que é pior, instrumentalizada), aumentando a pressão sobre os mais desprovidos, que não deveriam ser deixados para trás.

Já não há consenso nas nossas sociedades sobre o que é vulnerabilidade e como reconhecê-la, como pude constatar em primeira mão quando moderei um seminário numa escola perto da fronteira checo-eslovaca, em que falei sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres e outras desigualdades de género. Os alunos e os professores reagiram com incredulidade, incapazes de aceitar que há desigualdades na nossa sociedade. O que me leva a crer que são precisos mais debates e mais reforço de capacidades para abordar as vulnerabilidades e desigualdades já existentes, independentemente do grupo etário.

A igualdade de acesso à educação e às oportunidades para os jovens (incluindo as mulheres e raparigas desfavorecidas, as pessoas com deficiência e os jovens oriundos da migração) é um sonho que continua a ser difícil de realizar. Se o nosso objetivo comum é dar aos jovens bases sólidas para realizarem o seu potencial e os seus sonhos, temos de começar a agir. Propor soluções não é simples, mas reforçar os laços dos Estados-Membros com as sociedades civis (sobretudo no que toca à educação informal) pode ajudar a colmatar as lacunas uma vez identificados os domínios mais vulneráveis. A subsequente requalificação dos professores e de todos os técnicos de juventude em práticas de construção de comunidades pode proporcionar um quadro para algumas das soluções específicas e sistemáticas.

A sociedade civil chamou a si a tarefa de encorajar a participação cívica ativa, mas o envolvimento dos jovens na tomada de decisões e na governação democrática permanece reduzido. Há um desfasamento evidente entre as aspirações dos jovens e os espaços e as oportunidades de que dispõem para as concretizar. As eleições, por si sós, não produzem os resultados desejados, uma vez que em alguns países continua a ser um desafio lutar contra a cultura política e a desinformação. No entanto, não votar não significa não ter uma opinião, ou questões a resolver. Para incentivar a cidadania ativa, os jovens precisam não só de experiências positivas de ação democrática como também de resultados concretos, sem medidas de fachada, simbolismos ou seletividade. Continuo esperançosa de que os Estados-Membros conseguirão criar espaços deste tipo e porventura conseguir que os jovens não tenham de esperar que lhes sejam dadas oportunidades de participação e cocriação. Mas não podemos esperar três, cinco ou dez anos. A mudança tem de vir agora, para evitar o agravamento das clivagens sociais.

Na reunião plenária dos jovens de 2025, tive o prazer de contribuir para a elaboração de uma recomendação, designadamente sobre as alterações climáticas, porque é minha convicção pessoal que a tripla crise planetária é um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta. A elaboração de uma estratégia coerente da UE em matéria de clima foi uma das cinco recomendações da plenária, juntamente com a luta contra a corrupção através da transparência e da participação dos jovens, a cidadania ativa, a igualdade e a ideia de que «a juventude merece um lugar à mesa». Uma vez que esta estratégia foi incluída entre as recomendações aprovadas por todos, é patente que os jovens participantes a veem como um desafio fundamental a superar. É, no entanto, a perspetiva de um grupo de jovens já bastante capacitados e não pode ser considerada representativa de todos os Estados-Membros. Poder-se-ia pensar que esta recomendação específica seria a mais importante para os participantes na reunião plenária dos jovens, mas ficou em último lugar na votação final. O que vem confirmar que não há um tema que possa ser descrito como o «tema da juventude». Os jovens estão preocupados, com razão, com todas as questões atuais, e a agenda para a juventude é necessariamente vasta e intersetorial.

Alguns jovens reconhecem a importância da proteção do ambiente e da sustentabilidade, ao passo que outros não as veem como prioritárias porque têm dificuldade em satisfazer as suas necessidades básicas. Aludi à tripla crise planetária como um dos principais desafios que se colocam à humanidade, mas quando recordamos que é necessário enfrentar todos os grandes problemas ao mesmo tempo para conseguirmos soluções eficazes, o caso muda de figura. A conjuntura geopolítica atual e a tentativa da UE de preservar a sua competitividade mundial estão a desviar a atenção e a atrasar os processos de transição. No fim de contas, porém, nem nós nem as gerações futuras têm um «planeta B» em que poderão solucionar estas crises, e não podemos dar-nos ao luxo de exceder a capacidade do nosso planeta.

Voltando ao que está em jogo, os jovens, em toda a sua diversidade, devem continuar a poder viver a sua juventude com todos os seus privilégios, desafios e beleza. Contudo, um relatório recente das Nações Unidas revela uma clara queda no nível de satisfação com a vida e de felicidade entre os jovens ao longo da última década. Mesmo face aos graves desafios que enfrentamos, estou convicta de que se conseguirmos inspirar os jovens através dos resultados concretos das suas ações, teremos uma hipótese de resolver problemas urgentes e de melhorar a qualidade de vida para todos.

Kristýna Bulvasová é membro da Rede da Juventude Europeia para o Desenvolvimento Sustentável. Foi delegada da juventude no Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, bem como delegada da juventude da República Checa nas Nações Unidas. Antiga porta-voz do Fórum da Juventude Checo-Alemão, continua a estar ativamente empenhada no reforço da cooperação checo-alemã. Ativista pela juventude, centrada na educação orientada para o futuro e na sustentabilidade, Kristýna dirige a ONG checa MOB – Jovens Cidadãos e está a concluir os seus estudos na Universidade de Praga e na Universidade de Regensburg. Além da sua participação ativa na reunião plenária dos jovens, Kristýna foi também oradora na Semana da Sociedade Civil do CESE, na sessão dedicada ao tema [«Prospetiva para uma transição justa inclusiva e um crescimento verde e azul»](#).



JOVENS DA MOLDÁVIA NO EVENTO «A TUA EUROPA, A TUA VOZ»: CONSTRUIR UMA GERAÇÃO QUE VÊ PARA LÁ DO HORIZONTE

A jovem moldava Mădălina-Mihaela Antoci foi uma das representantes dos países candidatos à adesão à União Europeia (UE) na edição deste ano do evento anual do Comité Económico e Social Europeu (CESE) [A tua Europa, a tua voz](#). Participou também na [Semana da Sociedade Civil](#) do CESE, em que proferiu um discurso inspirador no painel de abertura sobre o tema «*Continuamos unidos na diversidade*». Na qualidade de presidente da Rede de Estudantes Erasmus da Moldávia e membro da direção do Conselho Nacional da Juventude do país, Mădălina-Mihaela explicou o que a UE significa para os jovens da Moldávia e falou-nos da sua missão de incentivar os jovens do seu país a

estudar no estrangeiro e a adotar uma perspetiva voltada para o mundo.

1. O Conselho Nacional da Juventude da Moldávia está a incluir os jovens nos debates sobre a integração na UE? Como é que os jovens moldavos veem a UE?

Sem dúvida que sim! O Conselho Nacional da Juventude da Moldávia garante que as vozes dos jovens são ouvidas no processo de integração da Moldávia na UE, através de consultas, campanhas de sensibilização e contactos diretos com os decisores políticos. Para muitos jovens da Moldávia, a UE representa o progresso, novos horizontes e um futuro em que os seus talentos são reconhecidos e valorizados. No entanto, ainda é preciso melhorar a sensibilização, e é aí que nós intervimos – transformando a curiosidade em participação ativa.

Organizamos fóruns, debates e seminários sobre a integração na UE, políticas e os direitos dos jovens.

Apelamos para a participação dos jovens nos processos de decisão nacionais.

Lançamos campanhas para informar e educar os jovens moldavos sobre os benefícios da adesão à UE.

2. Pode apresentar sucintamente o seu trabalho na Rede de Estudantes Erasmus da Moldávia?

Enquanto presidente da Rede de Estudantes Erasmus da Moldávia, tenho a missão de dar aos jovens acesso a oportunidades internacionais que mudam as suas vidas. A nossa equipa trabalha para promover a mobilidade, criar um ambiente acolhedor para os estudantes de intercâmbio e defender uma educação internacional. Uma das minhas principais iniciativas é o *Erasmus nas Escolas*, em que inspiramos os estudantes do ensino secundário a sonhar além-fronteiras e a adotar uma perspetiva voltada para o mundo.

3. Poderia partilhar alguns dados sobre o número de estudantes da Moldávia que beneficiaram do programa académico Erasmus+ até à data, no total ou anualmente?

Neste momento, a Moldávia não acolhe estudantes Erasmus+, mas os nossos jovens estão a dar cartas no estrangeiro! Todos os anos, entre 500 e 700 estudantes da Moldávia estudam ou fazem estágios em estabelecimentos europeus de topo através do Erasmus+. Desde o lançamento do programa, milhares de pessoas adquiriram experiência internacional, trazendo de volta inovação, liderança e uma nova perspetiva. Através do programa *Erasmus nas Escolas*, procuro tornar a mobilidade uma realidade para ainda mais jovens da Moldávia, mostrando-lhes que as portas do mundo estão abertas para eles.

4. Na sua opinião, qual é o valor de tais programas de intercâmbio académico para os jovens de um país candidato como a Moldávia?

O Erasmus+ não é apenas um programa de intercâmbio – é uma rampa de lançamento para o futuro da Moldávia. Dá muito mais aos jovens do que apenas uma educação, permitindo-lhes desenvolver a sua adaptabilidade, resiliência e uma perspetiva europeia. Num país candidato como a Moldávia, trata-se de construir uma geração que vê para lá do horizonte, inova, colabora e está pronta para conduzir o nosso país rumo a um futuro europeu.

5. Quais eram as suas expectativas em relação ao evento «A tua Europa, a tua voz» e à Semana da Sociedade Civil?

Esperava debates com impacto, ideias arrojadas e compromissos reais para a integração dos jovens no processo de elaboração de políticas. Estes eventos são mais do que meras reuniões – são plataformas em que os jovens que promovem a mudança desafiam o *statu quo* e lutam por uma Europa mais forte e mais

inclusiva. Para a Moldávia, este é mais um passo para reduzir o fosso entre a realidade local no terreno e as ambições europeias, provando que os nossos jovens não estão à espera do futuro – estamos a construí-lo.

Mădălina-Mihaela Antoci é uma jovem líder de 21 anos com uma paixão pela educação, pela participação cívica e pela capacitação dos jovens. Atualmente, é presidente da Rede de Estudantes Erasmus da Moldávia e membro da direção do Conselho Nacional da Juventude da Moldávia.

Defensora incansável do programa académico Erasmus+, tem incentivado, com enorme sucesso, os jovens a explorar oportunidades internacionais, promovendo simultaneamente o valor da educação no seu país. Através dos seus esforços, inspirou centenas de estudantes a participarem na mobilidade académica e a contribuírem ativamente para as suas comunidades locais.



Os jovens ucranianos são verdadeiramente poderosos

O evento «A tua Europa, a tua voz», na sua edição de 2025, reuniu cerca de 90 estudantes provenientes da UE, dos países candidatos e do Reino Unido. Valeriia Makarenko veio desde Carcóvia, uma cidade ucraniana devastada pela guerra, para representar o seu país. Contou-nos por que razão a participação na iniciativa «A tua Europa, a tua voz» foi muito importante para os jovens ucranianos e manifestou a esperança de que a sua geração, moldada pela resiliência e pelo sentimento de unidade que emergiram na guerra, conduza a Ucrânia a um futuro melhor.

1) Na tua opinião, por que razão é importante que os jovens participem em eventos da UE como «A tua Europa, a tua voz»?

Acredito que a participação em eventos da UE como «A tua Europa, a tua voz» é fundamental para os jovens, uma vez que lhes proporciona uma plataforma para dar voz às suas opiniões, participar em debates importantes e definir ativamente o futuro da Europa. Estes eventos proporcionam oportunidades verdadeiramente inestimáveis para aprender sobre os processos de decisão, desenvolver competências de liderança e estabelecer contactos com os nossos pares de diferentes países. Para nós, jovens ucranianos, a participação é ainda mais importante, pois permite-nos partilhar as nossas experiências autênticas, defender a integração europeia da Ucrânia e estimular a solidariedade entre os jovens europeus.

2) Como pensas que a guerra afetou os jovens na Ucrânia?

Não há dúvida de que uma guerra desta dimensão trouxe grandes mudanças à vida dos jovens da Ucrânia, afetando a sua educação, saúde mental e sensação geral de segurança. Por exemplo, muitos começaram a ter aulas à distância ou tiveram de mudar de cidade, muitas vezes em condições instáveis. No entanto, a guerra também forjou a resiliência: os jovens ucranianos são agora símbolos de poder e força, mas também estão mais empenhados no voluntariado, no ativismo e nos esforços de reconstrução, como os projetos

urbanísticos. Apesar das dificuldades, continuamos determinados em proteger a nossa identidade e contribuir para o futuro do nosso país.

3) Quais são as tuas esperanças para o futuro dos jovens na Ucrânia?

É claro que a questão do futuro é complicada para quase todos os adolescentes ucranianos. A minha comunidade e eu esperamos que todos os jovens da Ucrânia venham a ter acesso a uma educação de qualidade, a oportunidades de crescimento profissional e a um futuro seguro numa Ucrânia forte e independente. Espero também que a comunidade internacional continue a apoiar a Ucrânia na reconstrução, para que os jovens possam prosperar e não apenas sobreviver. Os jovens ucranianos são verdadeiramente poderosos e é inspirador ver cada vez mais jovens a participarem em projetos de diversos domínios, como a educação, a ciência, a recuperação de infraestruturas e outros. Mais importante ainda, espero que a nossa geração, moldada pela resiliência e pelo sentimento de unidade, conduza a Ucrânia a um futuro mais brilhante, mais inovador e democrático.

4) Queres dizer umas últimas palavras sobre o evento?

Foi realmente inspirador. O simples facto de trocar ideias, escutar e analisar o que os outros participantes diziam... posso dizer que este é, de facto, um cenário verdadeiramente poderoso. Basta unirmo-nos e conseguimos mostrar aquilo de que somos realmente capazes. Por exemplo, alguns projetos que realizámos ajudaram-nos mesmo a compreender melhor outros países. Ouvi muita informação sobre diferentes países que, para mim, era novidade. Fiquei encantada! E senti orgulho por estar presente.

Valeriia Makarenko tem 16 anos e é estudante em Carcóvia, na Ucrânia. Frequenta o 10.º ano na escola secundária Kharkiv Lyceum n.º 99.



[A minha experiência «A tua Europa, a tua voz» 2025 – Os jovens podem fazer a diferença!](#)

Adam Mokhtari, estudante de 17 anos, foi um dos representantes da Irlanda no evento «[A tua Europa, a tua voz](#)», realizado em março, em Bruxelas, subordinado ao tema «Dar voz aos jovens». Posteriormente, apresentou as recomendações da iniciativa «A tua Europa, a tua voz» na Semana da Sociedade Civil do CESE, na qual interveio numa sessão intitulada «Traçar a via da Europa - Reconectar sociedades polarizadas através da aprendizagem comunitária e da educação para a cidadania». Adam descreve o que mais gostou no evento «A tua Europa, a tua voz» e partilha a sua história pessoal para explicar por que razão quer uma Europa em que todas as pessoas se sintam incluídas.

Por Adam Mokhtari

Olá, o meu nome é Adam Mokhtari, e tive uma experiência fantástica como representante da Irlanda no evento «A tua Europa, a tua voz» de 2025. Cerca de 90 jovens de toda a Europa reuniram-se para trocar ideias e definir o futuro.

Uma das atividades de que mais gostei foi trabalhar em grupos para debater questões importantes e tomar decisões. Também gostei muito da atividade em que debatemos o que a Europa significa para cada um de nós, desempenhando alternadamente o papel de ouvinte, orador e observador. Cada um de nós tinha sete minutos para falar, o que permitiu que todos fôssemos ouvidos.

No final, chegámos a acordo sobre **cinco recomendações fundamentais**: tornar os governos mais transparentes e incluir os jovens, ensinar a cidadania ativa nas escolas, garantir a igualdade para todos, dar aos jovens uma verdadeira voz na política e criar um plano sólido de ação climática.

Tive a honra de representar todos os participantes do evento «A tua Europa, a tua voz» na Semana da Sociedade Civil do CESE e partilhar as nossas recomendações com os decisores políticos. Esta experiência mostrou-me que as vozes dos jovens contam!

O poder da educação

A educação desempenha um papel fundamental para ajudar os jovens a participar na democracia. Ensina-nos a pensar de forma crítica, a detetar notícias falsas e a agir. Sem o apoio da minha escola, não teria tido esta oportunidade. Agora, quero incentivar outros a participarem também.

No evento «A tua Europa, a tua voz», o presidente do CESE, **Oliver Röpkke**, e a coordenadora da UE para a Juventude, **Biliana Sirakova**, ouviram as nossas ideias e incentivaram-nos a continuar a promover a mudança.

A minha história e por que motivo a inclusão é importante

Nasci na Irlanda, mas os meus pais mudaram-se para esse país no final da década de 90. Quando chegaram, sentiram afeto e respeito por parte do povo irlandês. A minha mãe e o meu pai contaram-me que, nessa época, havia muito pouca diversidade na Irlanda. Apesar disso, os meus pais viveram bem nos anos 90.

Sou irlandês e europeu, de ascendência argelina. Já me aconteceu sentir-me diferente, mas, na maior parte do tempo, sinto-me como todos os outros. Aprendi muito com culturas diferentes e penso que a diversidade enriquece a vida. Se fôssemos todos iguais, seria aborrecido. Há que estar aberto às diferenças e compreender os outros.

Infelizmente, hoje, alguns migrantes e jovens são vítimas de discriminação, ódio e tratamento injusto, que podem ser incentivados pelas redes sociais. A situação tem de mudar. Entristece-me assistir a isto. Atualmente, alguns imigrantes na Irlanda estão a passar por dificuldades, vivem na rua e são vistos como um problema. Não é fácil, e é muito triste.

Tive a sorte de frequentar escolas em que todos se sentem incluídos, mas nem todos os jovens têm essa experiência. Temos de assegurar que todos os jovens se sentem aceites, que têm um sentimento de pertença, para que não se sintam excluídos ou desligados da sociedade.

Construir um futuro melhor

Para tornar a Irlanda e a União Europeia mais inclusivas, precisamos de uma melhor educação sobre as diferentes culturas e sobre o que a UE faz por nós. Tal favorecerá a compreensão e melhorará a inclusão.

Precisamos de eventos comunitários que reúnam as pessoas e favoreçam uma interação positiva. É necessário que um maior número de jovens participem nas decisões a nível local, também em clubes de jovens, clubes desportivos e escolas, ou a nível da UE, para que se sintam incluídos nos assuntos que são importantes para eles. É preciso mostrar aos jovens de que modo podem participar.

Precisamos do apoio da UE para fazer da inclusão uma prioridade. Foi muito bom ouvir que a inclusão é uma prioridade para o CESE.

O que quero para a Europa

Muitos jovens têm pouco conhecimento do que a UE faz por eles. A UE devia fazer mais para nos ajudar a participar na política e a votar.

Quero uma Europa unida, justa e acolhedora, onde todos se sintam incluídos, independentemente da sua origem.

O evento «A tua Europa, a tua voz» mostrou-me que os jovens podem fazer a diferença. Mesmo que as nossas ideias não sejam aceites imediatamente, pelo menos são ouvidas. Enquanto jovem irlandês de ascendência argelina, sinto que a minha voz conta e quero que outros tenham a mesma oportunidade.

A educação pode ajudar a aproximar as pessoas, a combater a discriminação e a dar voz aos jovens. Vou levar esta experiência comigo e encorajar outros a participar. O futuro está nas nossas mãos. É a nossa Europa e temos uma palavra a dizer!

Adam Mokhtari é um estudante irlandês de 17 anos. Frequenta a escola secundária *Bremore Educate Together* em *Balbriggan*, perto de *Dublín*. Apaixonado pela UE e por tornar as sociedades mais inclusivas e prósperas, Adam participou na iniciativa «A tua Europa, a tua voz» de 2025 e representou a mesma na *Semana da Sociedade Civil* deste ano.



Eventos como «A tua Europa, a tua voz» recordam aos ucranianos que a UE não se esqueceu deles

Sob bombardeamentos diários, obrigados a concentrar-se na sobrevivência, os jovens ucranianos não se podem dar ao luxo de pensar a longo prazo, afirma Yevheniia Senyk, uma jovem ucraniana de 18 anos, participante na edição de 2025 do evento «A tua Europa, a tua voz» e ativista numa organização de juventude. Conta-nos sobre os efeitos da guerra nas organizações de juventude do seu país e os motivos pelos quais é importante fazer ouvir a voz dos jovens ucranianos na cena europeia.

De que forma é que a guerra na Ucrânia afetou a tua organização nos últimos três anos? Que mudanças ocorreram nas atividades?

A SD Platform foi criada em 2013 e o nosso objetivo principal é proteger valores como a liberdade, a solidariedade, a igualdade e a justiça, porque acreditamos que estes são os valores mais importantes para construir um futuro progressista na Ucrânia. Também temos muitas filiais no exterior para mobilizar os jovens ucranianos que foram forçados a abandonar o seu país e residem no estrangeiro.

Em primeiro lugar, a guerra afetou o trabalho das nossas delegações regionais, pois muitas delas, por exemplo, em Odessa e Zaporíjia, estão muito próximas da linha da frente e os habitantes dessas zonas são bombardeados todos os dias. É difícil para essas pessoas pensar em organizar eventos quando o seu principal objetivo é manterem-se vivas. Os bombardeamentos diários afetam os jovens de todo o país, que não se podem dar ao luxo de pensar a longo prazo, pois nem sequer podem prever o que vai acontecer amanhã ou mesmo daqui a duas horas.

Além disso, devido à guerra, a situação financeira na Ucrânia é instável, o que levou ao desemprego entre os jovens. Sobrecarregados de preocupações: encontrar trabalho, estudar e ao mesmo tempo participar na vida associativa juvenil, os jovens têm dificuldade em encontrar um equilíbrio.

Após a invasão em grande escala da Rússia, muitos jovens decidiram pegar em armas e passar a combater diretamente os agressores russos, em vez de o fazerem através de conselhos de juventude ou organizações de juventude, pelo que não têm experiência política. No futuro, será difícil reunir as condições para assegurar que todas as pessoas participam na política de forma adequada.

A SD Platform oferece cursos não formais gratuitos de educação para a política, com o objetivo de assegurar que os jovens conhecem os mecanismos para influenciar a política a nível regional e nacional.

Na tua opinião, por que motivos é importante que as organizações de juventude ou os seus representantes participem em eventos como «A tua Europa, a tua voz»?

Em primeiro lugar, estes eventos internacionais mostram aos ucranianos que a Europa não se esqueceu de nós. É importante para nós estar aqui, fazer ouvir a nossa voz, aprender com as experiências de outros jovens europeus e trazer novas ideias para o nosso país.

Além disso, a nossa presença mostra que temos capacidades para aderir à União Europeia e estamos empenhados em fazer parte do projeto europeu. Graças a eventos como este podemos trocar pontos de vista com os outros jovens europeus. Em suma, é como fazer parte de uma grande parceria entre os jovens europeus.

Na tua opinião, de que tipo de apoio necessitam os jovens ucranianos para continuarem a participar no trabalho com jovens e no ativismo juvenil?

Penso que é muito importante que a União Europeia consulte os jovens ucranianos. Se a União Europeia continuar a dar-nos a possibilidade de participar na elaboração das políticas da UE, chegaremos a conclusões comuns que serão benéficas para todos, porque fazemos parte da Europa. Temos, por conseguinte, de chegar a uma conclusão comum em todos os domínios políticos. Além disso, se a União Europeia continuar a apoiar financeiramente a participação dos jovens ucranianos em eventos deste tipo, incentivá-los-á a manterem-se envolvidos na política, uma vez que os encargos financeiros não constituirão uma barreira tão grande à participação.

***Yevheniia Senyk** é ativista na SD Plataforma, uma organização de juventude que integra o Conselho Nacional da Juventude da Ucrânia. Estuda Relações Internacionais na Universidade Nacional Politécnica de Levice.*



Participação dos jovens não deve ser mera formalidade

Nunca tivemos uma geração tão instruída e com tanto potencial, mas também sob tanta pressão e com tantas incertezas sobre o futuro, afirma Bruno António, especialista em juventude e orador principal da edição de 2025 de «A tua Europa, a tua voz». Bruno António explicou ao CESE Info como amplificar as vozes dos jovens e por que razão é crucial que os futuros programas da UE para a juventude continuem a ensinar-lhes a importância da democracia, num momento em que a discriminação e a xenofobia estão a aumentar na Europa.

1. Os jovens de hoje são passivos ou ativos na vida política e comunitária? De que forma podem participar mais na elaboração das políticas?

Vários estudos mostram que os jovens se preocupam e participam ativamente. Se definirmos a participação política como uma tomada de consciência das questões críticas da sociedade, é evidente que os jovens estão a agir para promover a mudança. A forma como escolhem participar é particularmente interessante. As modalidades tradicionais de participação, como o voto, o voluntariado em organizações não governamentais (ONG) ou a adesão às alas jovens dos partidos políticos, parecem ser hoje menos populares entre os jovens, que preferem influenciar a elaboração de políticas públicas através da assinatura de petições, da participação em manifestações ou de outras formas inovadoras. Na [Rede DYPALL](#), analisamos estes instrumentos de participação, que incluem consultas, participação em conselhos locais de juventude e

outros mecanismos de diálogo com a juventude a nível local. Constatamos que os jovens têm um forte interesse em participar, mas os mecanismos tradicionais não estão, na sua maioria, adaptados aos jovens nem têm um verdadeiro impacto.

2. Os resultados das recentes eleições europeias e as sondagens nacionais mostram que muitos jovens votaram em partidos de direita. Na sua opinião, porque é que isto acontece? Considera que se trata de uma tendência preocupante que pode pôr em causa valores europeus como a igualdade e a inclusão?

O aumento dos votos de direita entre os jovens é uma tendência preocupante. Na nossa opinião, resulta da insatisfação com a política tradicional, de uma profunda desconfiança em relação às instituições políticas, do desejo de uma identidade nacional forte e dos receios em relação à segurança económica e social. Temos de conseguir compreender as causas profundas destas tendências de voto alarmantes. Esta geração cresceu num período de crises constantes e de incerteza quanto ao seu futuro. Nunca tivemos uma geração tão instruída e com tanto potencial, mas também sob tanta pressão e com tantas incertezas sobre o futuro. Os algoritmos das redes sociais amplificam os conteúdos polarizantes, influenciando os pontos de vista.

Tudo isto gera incerteza quanto ao futuro. Por um lado, o voto nos partidos populistas pode ser uma forma de protesto e uma manifestação de insatisfação geral. Mas, por outro lado, também pode refletir o desejo de uma voz forte no poder que traga uma sensação de segurança. No entanto, a história tem demonstrado que quando esses partidos populistas de direita chegam ao poder, os jovens perdem frequentemente a esperança e sentem-se traídos. Muitas vezes apercebem-se demasiado tarde de que os direitos, as liberdades e outros valores que lhes são caros estão a ser retirados ou postos em causa.

Esta tendência já está a pôr em risco os nossos valores europeus, algo que podemos constatar não só no discurso político, mas também na vida quotidiana das pessoas nas nossas comunidades, em que se estão a normalizar os atos de xenofobia ou de discriminação contra aqueles que são diferentes. Por isso, é essencial que os futuros programas da UE para a juventude continuem a ajudar os jovens a compreender a importância da democracia, a aprender em que consiste e a vivê-la, contribuindo simultaneamente para desenvolver as competências necessárias para resistir às ameaças colocadas pelos movimentos antidemocráticos.

3. Em que medida é que os jovens europeus estão conscientes do que a UE faz por eles? Como é que se pode incentivá-los a interessarem-se mais pela UE? Como avalia os esforços de comunicação da UE?

É certo que os jovens têm mais consciência do que a UE faz por eles do que nas gerações precedentes. Os programas para a juventude, como o Erasmus+, o Corpo Europeu de Solidariedade e a DiscoverEU, contribuem para a criação de um sentimento de pertença a uma identidade europeia, e devem ser reforçados e ser acessíveis a todos os jovens europeus.

Mas será que estes estão verdadeiramente conscientes do que a Europa faz por eles? Na nossa opinião, não. A UE deve aumentar a visibilidade e facilitar a compreensão do seu impacto na sociedade, e em particular nos jovens. As decisões tomadas pelas instituições da UE têm um impacto enorme, o que deveria levar os jovens a interessarem-se mais pelos assuntos europeus. De que forma? Vêm-me à mente duas ideias: as instituições da UE devem enviar uma mensagem que mostre aos jovens que o que é decidido a nível da UE afeta diretamente as suas vidas. Além disso, devem alargar os programas que proporcionam aos jovens mais oportunidades para conhecer a UE, vivê-la e descobri-la. Tal pode aumentar o sentimento de pertença, bem como a empatia, a ligação e a amizade entre os europeus.

Diversas instituições da UE envidaram esforços consideráveis para chegar aos cidadãos, e registaram-se melhorias significativas em várias campanhas e instrumentos, mas isso não é suficiente. Na prática, as instituições estão muitas vezes longe da realidade dos jovens.

Embora a UE tenha feito progressos em termos de presença nas redes sociais e de campanhas dirigidas aos jovens, as suas mensagens continuam a ser pouco compreensíveis, especialmente para a diversidade de jovens das nossas sociedades. Os esforços de comunicação da UE devem continuar a ser desenvolvidos e estruturados através da incorporação de novos métodos de sensibilização, como o recurso a ONG ligadas à juventude enquanto embaixadores das vozes dos jovens, a criação de plataformas descentralizadas para a sensibilização e a organização de campanhas narrativas que associem as políticas da UE a experiências concretas da vida quotidiana. Neste contexto, é fundamental experimentar novas abordagens de comunicação e associar diretamente os jovens à criação e execução de campanhas e outras iniciativas de comunicação.

4. Como é que podemos amplificar as vozes dos jovens?

Levando-os a sério e reconhecendo o seu valor. As instituições têm o poder e a capacidade de fazer ouvir as vozes dos jovens, mas o que por vezes falta é a vontade de proporcionar o espaço, o apoio, as oportunidades e os instrumentos necessários para os associar de forma significativa. A participação dos jovens não deve ser tratada como uma formalidade: convidar os jovens para eventos públicos, tirar fotografias para as redes sociais, e depois negligenciar os seus contributos. Deve ter impacto, ou seja, os jovens devem ver os resultados da sua participação e as mudanças decorrentes da mesma.

Para amplificar as vozes dos jovens é necessário dispor de apoio institucional, como a representação dos jovens nos órgãos de decisão. É também necessário reforçar a confiança, o que exige tempo, espaços de qualidade e processos de colaboração. Para o efeito, há que atribuir um financiamento adequado, e as instituições precisam de capacidade para trabalhar melhor e associar os jovens à tomada de decisões, o que exige investimento, um empenho genuíno e tempo.

Bruno António é diretor executivo da Rede DYPALL, uma plataforma europeia de organizações da sociedade civil, órgãos de poder local e instituições de investigação que promove a participação dos jovens na tomada de decisões a nível local. Nos últimos 12 anos, tem trabalhado como especialista em juventude e consultor externo para várias instituições, como a Comissão Europeia e o Conselho da Europa. Anteriormente, ocupou as funções de secretário-geral da associação Juventude para o Intercâmbio e a Compreensão, bem como de diretor executivo da ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento. É licenciado em educação social pela Universidade do Algarve, em Faro, Portugal.

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Christian Weger (cw)
Daniela Vincenti (dv)

Dimitra Panagiotou (dm)
Erika Paulinova (ep)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Leonard Mallett (lm)
Marina Aiudi (ma)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanas (mg)
Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Samantha Falciatori (sf)
Parminder Shah (sp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Endereço

European Economic and Social Committee
Jacques Delors Building,
99 Rue Belliard,
B-1040 Brussels, Belgium
Tel. (+32 2) 546.94.76
Email: eescinfo@eesc.europa.eu

EESC info is published nine times a year during EESC plenary sessions. EESC info is available in 24 languages
EESC info is not an official record of the EESC's proceedings; for this, please refer to the Official Journal of the European Union or to the Committee's other publications.
Reproduction permitted if EESC info is mentioned as the source and a link is sent to the editor.

03/2025